



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DANIEL NUNES FERREIRA

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DO COMÉRCIO POPULAR NO BAIRRO ALECRIM –
NATAL/RN**

Recife
2019

DANIEL NUNES FERREIRA

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DO COMÉRCIO POPULAR NO BAIRRO ALECRIM –
NATAL/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito para obtenção de título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Regionalização e Análise Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edvânia Torres Aguiar Gomes.

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva CRB 4/1260

F383t Ferreira, Daniel Nunes.
Território e territorialidades do comércio popular no bairro Alecrim – Natal/RN/
Daniel Nunes Ferreira. – 2019.
110f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edvânia Torres Aguiar Gomes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2019.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Geografia. 2. Território. 3. Territorialidade. 4. Comércio. 5. Natal (RN). I. Gomes, Edvânia Torres Aguiar (Orientadora). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

(BCFCH2020-199)

DANIEL NUNES FERREIRA

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DO COMÉRCIO POPULAR NO BAIRRO ALECRIM –
NATAL/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito para obtenção de título de Mestre em Geografia.

Aprovado em: 11 / 12 / 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Edvânia Torres Aguiar Gomes
Orientadora
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^o Dr.^o Rodrigo Dutra Gomes
Examinador Interno
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Examinadora Externa
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Aos pilares de nossa família,
Cícero Nunes da Silva (*In memoriam*)
Israel Felipe da Silva (*In memoriam*)
Maria do Céu Ferreira da Silva (*In memoriam*)

Em especial, Neci Lucas da Silva (*In memoriam*) que me encorajou para o término desta
pesquisa!

AGRADECIMENTOS

“A persistência é o caminho do êxito”. Essa singela frase nos proporciona uma considerável reflexão. Através deste pensamento, do egrégio Charles Chaplin, inicio os meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram significativamente para este trabalho acadêmico.

A conquista de um sonho, perpassa por inúmeros percalços que não estarão listados em um planejamento pré-estabelecido, feito para nos precaver dos desafios que farão parte da nossa trajetória.

Por certo, as dificuldades farão parte do dia a dia, a persistência tal como explana Chaplin, necessita de confiança por parte do pesquisador, à medida que é alimentada seguramente a partir da ajuda do próximo. Como resultado temos a consolidação de nossos objetivos.

Portanto, este produto não é fruto apenas de meus esforços, mas de amigos que confiaram, incentivaram e vibraram diante das conquistas alcançadas ao longo da pesquisa. Estendo meu reconhecimento a outras pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a consolidação deste sonho. Verdadeiramente, muito obrigado!

Enfatizo minha profunda gratidão aos meus amados familiares que, diante das adversidades da vida, nunca deixaram de oferecer carinho e afeto, mantendo-me firme nos estudos, hoje posso colher frutos deste projeto familiar, por isso, meu pai, minha mãe e minha irmã agradeço-lhes por tudo!

Sabemos que os caminhos trilhados no universo da pós-graduação é um percurso muitas vezes desenhado para seguir no “modo solitário” no qual a pesquisa exige. Além disso, estar longe do seio familiar, dos amigos e, principalmente do lugar, torna-se mais doloroso. Com certeza, alguns irão achar estranho ou até mesmo engraçado lendo este fragmento, a gratidão que possuo pela minha gata de estimação. Animal este que surgiu em minha vida para torná-la mais alegre, diante de seus pulos, ronronados, carreiras pelo apartamento e suas diversas performances na caminha de dormir. Sempre acompanhando-me lado a lado literalmente, enquanto escrevia e pensava a dissertação. A você Mimi, meu muito obrigado por existir desde 2017!

Ao Divanir Conego Júnior e sua namorada Débora Santos Cótis, em que tive a oportunidade de receber ajuda inicial na construção dos procedimentos metodológicos do

mapeamento cartográfico. Além disso, não posso deixar de mencionar os almoços de final de semana, os desabafos partilhados que são inerentes a nós migrantes, e do passeio realizado em minha cidade. Ao casal de geofísicos, reforço meu agradecimento!

Apresento o meu reconhecimento pelas palavras de incentivo e de encorajamento em diversos momentos em que precisei. Assim, pela amizade, ao casal Raul Bueno e Fernanda Kiemle, meu muito obrigado!

Nos últimos dois anos algumas dificuldades proporcionaram o desejo de não prosseguir com a pesquisa. Tal pensamento é natural quando os problemas afetam o lado emocional. No segundo semestre de 2018 fui acometido por problemas de saúde que resultou no prolongamento dos estudos. Sem dúvida, o esmero dos profissionais responsáveis pelo tratamento clínico foi substancial para a minha autoestima, por isso, expresse o meu profundo reconhecimento aos fisioterapeutas William, Alexandre, Paulo e Ângela, assim como, para as assistentes administrativas Fabiana e Jaqueline pela atenção e cuidado!

Neste ínterim, o destino nos ensina o quanto a vida nos reserva momentos únicos e que os problemas não serão maiores que ela. Decerto, neste período longe de meu lugar, ganhei amigos verdadeiros e fiéis, que a vida proporciona para os momentos especiais.

Apesar de pouco tempo de amizade, mas, de uma grandeza e solidez que só vivenciando para mensurá-la, não conseguirei descrever o quanto esta afeição representa para mim. Dessa forma, afirmo meus sinceros agradecimentos a Nilson Castelo Branco, por todos os momentos em que precisei quer seja no campo profissional, acadêmico ou pessoal. A sua esposa, Rita Cajueiro, aproveito também para externar minha alegria, sou grato pelos diversos momentos no lar de vocês, foi fundamental para a minha autoestima.

Ao mesmo tempo em que necessitei cumprir as exigências do campo científico, as demandas profissionais também necessitavam de atenção. Provavelmente, sem a ajuda de pessoas fundamentais, o fardo teria sido mais doloroso.

Pela compreensão nos momentos de ausência no trabalho, pela amizade que é demonstrada, pelos conselhos nos momentos em que precisei, pelo encorajamento constante e pela parceria, a Pedro Júnior meus agradecimentos. Manifesto minha gratidão a Helder Pereira e Elivânia Bezerra pela presença no dia a dia do trabalho, certamente a alegria e o entusiasmo de ambos tornaram meus dias mais felizes, principalmente, no dia em que precisei de apoio quando soubera da partida de minha querida avó, para quem

dedico este trabalho, tenham certeza que os abraços recebidos naquele dia, jamais esquecerei.

À Rita de Cássia Santana meus cumprimentos, pela gentileza em desenvolver o *abstract* deste trabalho, como também, pelos momentos de compartilhamento de ideias, troca de experiências e diversas conversas sobre a importância de estar bem para encarar os desafios da vida.

Por fim, à Simone Leite Barreto minha gratidão nas ocasiões em que precisei de atenção, principalmente nas circunstâncias em que me apresentei aflito tornando os dias mais suaves. Os momentos de diálogo foram fundamentais para o fortalecimento da minha autoestima, seu entusiasmo contribuiu significativamente para o desenvolvimento desta pesquisa, sempre trazendo-me perspectivas positivas no horizonte próximo. Além disso, meus agradecimentos pela revisão ortográfica e gramatical deste trabalho acadêmico.

Mahatma Gandhi dissera - "Para chegar a lugares onde ainda não estivemos, é preciso ousar passar por caminhos que ainda não trilhamos." Evidentemente, não estive só quando tentei me aventurar em caminhos que não conhecia. Dessa maneira, agradeço a Valdemiro Filho, pelos diálogos em torno do objeto de pesquisa, seu olhar no campo das Ciências Sociais me ajudou bastante.

À George Pereira, meu colega de turma do mestrado, pelos diversos momentos de ajuda, trazendo-me elucidações sobre as técnicas de geoprocessamento, além disso, sempre proferindo palavras de incentivo para a conclusão deste trabalho, obrigado!

Ao amigo historiador Luciano Capistrano, pelas orientações a respeito do processo de desenvolvimento urbano do recorte espacial, suas contribuições dentro da perspectiva histórica foram fundamentais, obrigado!

Ao amigo Bruno Lopes, companheiro da graduação, agradeço pelas contribuições indicando-me livros e ajudando-me na metodologia deste trabalho, obrigado!

Ao geógrafo Paulo Sucupira, colega de trabalho na época em que estagiei no Departamento de Gestão do Sistema de Informações Geográficas (DGSIG) vinculado à Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) da Prefeitura do Natal, agradeço pela prontidão na disponibilização de dados vetoriais atualizados do município, que serviram como base cartográfica dos mapas confeccionados para esta pesquisa.

Ao amigo Dyego Rocha, colega da graduação, tenho muito a agradecer durante esta jornada, ajudando-me em uma das etapas da coleta de campo, na explanação acerca do

uso de ferramentas de geoprocessamento, bem como, nos diversos diálogos realizados contribuindo para o desejo de concluir esta pesquisa.

A amiga Marysol Dantas, colega de grupo de pesquisa, agradeço pelas palavras de incentivo e amizade, foram importantes para manter a esperança em concluir este estudo.

Como se pode ver, esta pesquisa se debruçou em torno do comércio popular no bairro Alecrim. É de salientar que a participação dos trabalhadores pertencentes a este universo foi de extrema importância. Na pessoa do senhor José de Anchieta Alves da Costa - Presidente da Associação dos Profissionais Vendedores Ambulantes de Natal, externo o meu profundo agradecimento a todos que se propuseram a contribuir para a consolidação desta pesquisa, desde a transmissão de informação acerca da dinâmica local, similarmemente, aos cinquenta e um entrevistados (51) de modo voluntário contribuíram para este estudo. Evidenciando uma geografia na prática, tal experiência foi de uma grandeza inestimável, tanto na esfera do saber científico quanto nas histórias de vida encontradas durante as entrevistas realizadas.

Cumpr frisar, a importância da universidade pública para a consolidação da minha formação acadêmica. Ademais, no campo maior cabe ressaltar a relevância da educação pública na minha vida estudantil. Neste sentido, reforço os meus sinceros agradecimentos a todos os profissionais comprometidos com a causa, que acreditam na transformação social por meio de uma educação pública de qualidade, se hoje posso comemorar a conclusão desta etapa devo a todos vocês. Muito Obrigado!

Também, realço a importância dos investimentos públicos para o desenvolvimento da cidadania plena, assim, agradeço ao povo brasileiro que por meio do Programa de Educação Tutorial (PET) me proporcionou a oportunidade de estudar com auxílio de uma bolsa estudantil ao longo de sete semestres letivos de um total de nove.

Igualmente, agradeço a amizade e orientações diversas ao Prof. Dr. Ademir Araújo da Costa, que ao longo do curso de graduação e na tutorial do PET contribuiu para a minha formação acadêmica.

No âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade em estudar nesta casa; tal qual, a Prof.^a Dr.^a Edvânia Torres Aguiar Gomes pelas orientações, amizade e confiança no meu trabalho de pesquisa; e por fim, ao secretário administrativo do programa, o senhor Eduardo Antônio Amaral Pires Vêras. Este servidor público desde o primeiro dia

sempre esteve pronto para atender a qualquer demanda, auxiliou-me nestes anos de mestrado sendo prestativo, atencioso e comprometido, portanto, meu muito obrigado!

Face ao exposto, é importante mencionar o papel considerável de alguns docentes durante a trajetória desta pesquisa, a Prof.^a Dr.^a Aura Gonzalez Serna agradeço pelas contribuições teóricas para a maturação em torno do objeto da pesquisa. Ao Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes e a Prof.^a Dr.^a Mariana Zerbone Alves de Albuquerque, tenho um apreço singular, ambos os docentes foram sensíveis ao compreender-me diante das dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, desta maneira, agradeço pelas valiosas contribuições tanto no exame de qualificação quanto na defesa da dissertação.

Aos colegas de turma do componente curricular - Trabalho na Contemporaneidade, Allison Araújo e Walter Medina, agradeço pelas orientações acerca do objeto de estudo da presente pesquisa, ambos ajudaram-me com suas experiências em torno da teoria, trazendo-me uma clarividência; na oportunidade.

Ao colega de turma do componente curricular - Participação Social e Articulação Institucional na Produção Social do Habitat, Eduardo Gaspar, por toda ajuda e orientações quando iniciei minha trajetória na UFPE, muito obrigado!

Estendo meus agradecimentos à Prof.^a Dr.^a Juliane Feix Peruzzo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, docente responsável em ministrar o componente curricular supracitado, na qual parabeno pelas discussões realizadas no semestre, aulas sólidas, regradas ao planejamento, cujas ideias elencadas trouxeram contribuições significativas para os diversos elementos que compõem o presente estudo.

Fonte de inspiração e coragem, sobretudo, sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, felizes ou não. Este caminho sem tua presença realmente teria ocorrido com mortificação, com riscos de não terminar. Você vibrou desde a minha aprovação na seleção, lutou para que as angústias não me vencessem, junto e firme comigo em todas as etapas do trabalho e momentos da vida pessoal. Com a partida de minha avó, tua presença foi de real significado para mim. Sem ti, não tenho certeza se manteria a ideia de concluir a pesquisa, haja vista, que a dor de estar longe de minha avó, causava-me desânimo por saber que não estava ajudando-a nos cuidados que ela precisava. Você leu, compartilhou ideias, desenvolveu planilhas, andou comigo de dia e a noite para registro fotográfico, bem como, percorreu várias ruas para a coleta de dados empíricos e, por fim, esteve na data da defesa.

A você, Aniely Márcia dos Santos Pereira, minha namorada, declaro os meus sinceros agradecimentos por fazer parte da minha vida neste momento importante!

A minha avó, no qual dedico este trabalho, fonte de inspiração para concluir esta pesquisa, obrigado por todos os momentos vividos!

Por fim, não menos importante, ao nosso eminente arquiteto, Senhor Deus, agradeço-te por todas as bênçãos até a presente data!

“Um caminho de mil quilômetros começa com o primeiro passo”, pensamento de Lao-Tse, destarte, agradeço a todos que contribuíram com os meus passos.

“Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território.”
(SANTOS, 2007, p. 107)

RESUMO

A presente pesquisa, desenvolvida no município de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, teve como escopo analisar a formação das territorialidades a partir do desenvolvimento do comércio popular. O recorte espacial deste estudo abrange o bairro Alecrim, localizado geograficamente na região administrativa leste. Assim, os procedimentos metodológicos do presente estudo se baseiam no seguinte objetivo geral, a saber: Compreender o processo de configuração do território no bairro Alecrim, a partir da lógica do comércio informal e o uso das calçadas, evidenciando a organização espacial das atividades do circuito inferior da economia urbana e sua importância para a cidade do Natal/RN. No que tange aos objetivos específicos, convém: a) analisar o uso do território em função da consolidação do comércio de rua no bairro Alecrim; b) inferir sobre o processo de formação das territorialidades a partir da dinâmica urbana inerente ao comércio popular e, c) apresentar a organização espacial do comércio informal através do mapeamento cartográfico. Como de praxe, o desenvolvimento da pesquisa foi possível a partir de ações variadas, que são inerentes aos procedimentos científicos, destacam-se, por exemplo: escolha do tema, levantamento de dados (documentação indireta - pesquisa bibliográfica e pesquisa documental; documentação direta - pesquisa de campo e, observação direta intensiva a partir de entrevista não estruturada), formulação do problema, delimitação da pesquisa, definição da amostragem e construção de hipóteses.

Palavras-chave: Alecrim. Território. Comércio Informal. Natal/RN. Trabalho.

ABSTRATC

The present research was developed in the city of Natal, capital of Rio Grande do Norte state, is focused on analyzing the formation of territorialities from the development of popular commerce. The spatial outline of this study concerns the Alecrim district, geographically located in the eastern administrative region. Thus, the methodological procedures of the present study are based on the following general aim, such as: Understanding the process of territory configuration in the Alecrim neighborhood, based on the logic of informal commerce and the sidewalks use, highlighting the spatial organization of the lower circuit of the urban economy activities and its importance to the city of Natal / RN. In reference of the specific aims, it's important to: a) analyze the use of the territory as a function of the consolidation of street commerce in the Alecrim neighborhood; b) infer about the process of formation of territorialities from the urban dynamics inherent to popular commerce and, c) present the spatial organization of informal commerce through cartographic mapping. As usual, the development of the research was possible from some varied actions, which are inherent to scientific procedures, they are mentioned, as examples: choice of the theme, data collection (indirect documentation - bibliographic research and research direct documentation - field research and intensive direct observation from unstructured interviews), problem formulation, research delimitation, sampling definition and hypothesis construction.

Keywords: Alecrim. Territory. Informal Commerce. Natal, RN. Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 – Territorialidade e seus componentes	45
Esquema 2 – Territorialidade e seus movimentos.....	46

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Comércio de Rua (Passeio Público)	59
Fotografia 2 – Comércio de Rua (Ponto de Transporte Público)	60
Fotografia 3 – Desmontáveis localizados na av. Presidente Bandeira	101
Fotografia 4 – Desmontável localizado na rua Amaro Barreto	101
Fotografia 5 – Desmontável com apoio de veículo localizado na rua Dr. Manoel Miranda	102
Fotografia 6 – Desmontável com apoio de veículo localizado na rua Amaro Barreto.	102
Fotografia 7 – Desmontável com apoio de carrinho localizado na av. Presidente Bandeira	103
Fotografia 8 – Desmontável com apoio de carrinho localizado entre a av. Presidente Bandeira e rua Dr. Manoel Miranda	103
Fotografia 9 – Cigarreira localizada na Av. Presidente Bandeira	104
Fotografia 10 – Cigarreira localizada próximo a rua Presidente Quaresma	104
Fotografia 11 – Boxes localizados na av. Presidente Bandeira	105
Fotografia 12 – Box localizado na av. Presidente Bandeira	105

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – ALECRIM: Tipo de Empreendimento.....	70
Gráfico 2 – ALECRIM: Tipo de Atividade.....	71
Gráfico 3 – Origem da moradia dos trabalhadores do comércio informal.....	85

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Localização do bairro Alecrim a partir das Regiões Administrativas	63
Mapa 2 – População residente por bairro (2017) – Natal/RN	67
Mapa 3 – Localização geográfica do bairro Alecrim – Natal/RN	69
Mapa 4 – Localização geográfica da área de estudo – Natal/RN	74
Mapa 5 – Localização dos trabalhadores no recorte espacial	76
Mapa 6 – Territorialidade do comércio informal nas calçadas no bairro Alecrim – Natal/RN	79
Mapa 7 – Amostragem por conglomerado em dois estágios.....	82
Mapa 8 – Origem dos consumidores no estado do Rio Grande do Norte.....	86
Mapa 9 – Origem dos consumidores na região Nordeste	87
Mapa 10 – Origem dos produtos comercializados no bairro Alecrim – Natal/RN	88

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Periodização da informalidade	50
Quadro 2 – Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos	53
Quadro 3 – Características do entorno no bairro Alecrim	65
Quadro 4 – Produção diária estimada de lixo domiciliar na Região Administrativa Leste – 2017	66
Quadro 5 – Situação funcional dos trabalhadores em relação ao uso do território	77
Quadro 6 – Dimensões de análise das redes geográficas	84

LISTA DE ABREVIATURAS

AAS	Amostra Aleatória Simples
Art.	Artigo
Av.	Avenida
Dr.	Doutor
et al.	et alii, e outros
Etc	et cetera, entre outras coisas
Ibid.	Ibidem, na mesma obra
Id.	Idem, mesmo autor
Ltda	Limitada
n.º	Número
op. cit.	Opus citatum, opere citato, obra citada
p.	Página

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEMP	Cadastro Empresarial do Rio Grande do Norte
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIT	Conferência Internacional do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PREALC Caribe	Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe
RN	Rio Grande do Norte
SEMOV	Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura
SEMURB	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
URBANA	Companhia de Serviços Urbanos de Natal
SEBRAE Empresas	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

LISTA DE SÍMBOLOS

%	Porcentagem
Σ	Somatório
E_0	Erro amostral tolerável
ha	Hectare
Km^2	Quilômetro ao quadrado
M^2	Metro ao quadrado
n	Tamanho (número de elementos) da amostra
N	Tamanho (número de elementos) da população
n_0	Primeira aproximação para o tamanho da amostra

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	TRABALHO, INFORMALIDADE E COMÉRCIO: UMA ANÁLISE RELACIONAL	26
2.1	PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS SOBRE O TRABALHO	26
2.2	INFORMALIDADE, UM CONCEITO DEFINIDO?	30
3	DO TERRITÓRIO À TERRITORIALIDADE DO COMÉRCIO: CONCEITOS, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PARADIGMAS DE ANÁLISE	38
3.1	TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES	38
3.2	CIRCUITO INFERIOR, COMÉRCIO POPULAR E COMÉRCIO INFORMAL	48
3.3	RELAÇÕES DE TRABALHO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS, COMÉRCIO POPULAR COMO RESISTÊNCIA À ESPOLIAÇÃO URBANA	54
4	FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BAIRRO ALECRIM	61
4.1	O BAIRRO ALECRIM NA CIDADE DO NATAL	61
4.2	A CENTRALIDADE DO BAIRRO ALECRIM	67
5	TERRITORIALIDADES DO COMÉRCIO INFORMAL NO ALECRIM	72
5.1	TERRITORIALIDADES E RELAÇÕES DE PODER NO BAIRRO ALECRIM	72
5.2	AS REDES DO COMÉRCIO INFORMAL NO ALECRIM	80
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE A – MAPA DA REGIONALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	95
	APÊNDICE B – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR CONGLOMERADO	96
	APÊNDICE C – PLANO AMOSTRAL	97
	APÊNDICE D – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS	98
	APÊNDICE E – MAPA QUE APRESENTA A CARACTERÍSTICA DO EMPREENDIMENTO	100
	APÊNDICE F – SITUAÇÃO FUNCIONAL: COM POSSIBILIDADE DE MOBILIDADE	101
	APÊNDICE G – SITUAÇÃO FUNCIONAL: NÃO POSSUI MOBILIDADE	104
	APÊNDICE H – SEGMENTOS COMERCIAIS IDENTIFICADOS	106
	ANEXO A – CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	108

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei Complementar n.º 55, de 27 de junho de 2004, que institui o Código de Obras e Edificações do município do Natal/RN, conceitua-se como calçada “o espaço existente entre o limite do lote e o meio fio” (HORA, MEDEIROS, CAPISTRANO, 2013, p. 289)¹. Em algumas passagens, o leitor perceberá que utilizaremos como sinônimo a terminologia “passeio público” como referência às calçadas. Em conformidade com a legislação em referência, denomina-se, passeio “o espaço da calçada reservado ao pedestre e livre de obstáculos”. (HORA, MEDEIROS, CAPISTRANO, 2013, p. 290)².

A necessidade em alertar o leitor inicialmente a respeito da conceituação da terminologia calçada, tem por finalidade definir o nosso objeto de estudo. Pesquisas sobre a informalidade perpassa vários ramos do saber científico. E qual o papel da Geografia neste contexto? As relações que são estabelecidas entre indivíduos, conseqüentemente, entre grupos, têm por base o território.

Em outros termos, tentar-se-á compreender a dinâmica da informalidade a partir do viés geográfico, tendo em vista, que o foco da ciência geográfica é a base material e a vida que os anima, isto é, a fluidez.

É importante a reflexão acerca do mundo do trabalho e suas transformações.

O mundo produtivo contemporâneo, particularmente desde o amplo processo de reestruturação do capital desencadeado em escala global no início da década de 1970, vem apresentando um claro sentido uniforme, com tendências mundiais de informalização da força de trabalho e de aumento dos níveis de precarização dos trabalhadores. (ANTUNES, 2013, p. 14).

Com efeito, as repercussões, quer sejam econômicas, quer sejam políticas são refletidas no modo como os objetos e a fluidez se materializam no espaço, dando novos significados, novos arranjos.

Com isso, para o desenvolvimento deste trabalho, objetivos foram elencados, a saber – quanto ao *objetivo geral*: compreender o processo de configuração do território no bairro Alecrim, a partir da lógica do comércio informal e o uso das calçadas, evidenciando

¹ Art. 3º, inciso XII.

² Art. 3º, inciso XXXIX.

a organização espacial das atividades do circuito inferior da economia urbana e sua importância para a cidade do Natal/RN. No que tange aos *objetivos específicos*, propõe-se, a) analisar o uso do território em função da consolidação do comércio de rua no bairro Alecrim; b) inferir sobre o processo de formação das territorialidades a partir da dinâmica urbana inerente ao comércio popular e, c) apresentar a organização espacial do comércio informal através do mapeamento cartográfico.

Por consequência, partimos das seguintes hipóteses: i) o uso do espaço público no bairro Alecrim pelos trabalhadores possibilita a formação de territorialidades; ii) as novas demandas do sistema capitalista de produção na contemporaneidade permitem estabelecer novas formas de reprodução do capital e, iii) a extensão territorial do comércio popular no bairro está em expansão.

Em última análise, questionamentos foram pontos de partida para o desencadeamento dos estudos, nesse contexto, definimos como problemas: como se configura a organização espacial da economia informal no bairro Alecrim? Qual a relação entre o desenvolvimento da lógica capitalista de produção e a formação das territorialidades no Alecrim a partir da economia informal? A economia informal encontra-se estruturada dentro de uma ideia de rede geográfica?

Os procedimentos metodológicos da presente pesquisa em termos gerais foram divididos em três ações que compreenderam: a) pesquisa documental, b) pesquisa bibliográfica e, c) pesquisa de campo, esta última executada em quatro (4) momentos.

Quanto a pesquisa de campo, a fase I o seu desenvolvimento foi dividido em três (3) momentos e tinha por objetivo analisar a paisagem geográfica. Isto é, o primeiro estágio teve como foco a identificação dos trabalhadores do comércio informal no bairro Alecrim; em seguida, o segundo estágio, a partir dos dados inicialmente coletados, houve o refinamento da localização dos trabalhadores no bairro, conseqüentemente, definição da área de abrangência do comércio popular (Apêndice A) e, por fim, o terceiro estágio: mapeamento dos trabalhadores do bairro, no qual foram definidas categorias para diferenciá-los tanto no sentido do uso do espaço público no qual eles ocupam, quanto a característica do empreendimento em termos físicos do ambiente de trabalho.

A fase II, teve como finalidade a definição da amostragem através da metodologia denominada de Amostragem por Conglomerado em dois (2) estágios, bem como, a utilização da Amostra Aleatória Simples (AAS) (APÊNDICE C).

A terceira fase da pesquisa de campo, se concentrou na padronização na definição da nomenclatura dos conglomerados, na preparação do formulário de entrevista (Apêndice D), aplicação de entrevista semiestruturada a partir da distribuição dos trabalhadores no território (APÊNDICE B), e, padronização na distribuição das entrevistas nos conglomerados.

A quarta e última fase da pesquisa de campo, se limitou aos trabalhos de gabinete, isto é, no processamento de dados a partir das informações coletadas por meio da observação direta intensiva, quer seja pela observação assistemática e pela aplicação da entrevista despadronizada ou não estruturada (para outros, entrevista semiestruturada). Tal procedimento técnico utilizou o *software* ArcGis (versão de avaliação) para as seguintes tarefas: delimitação da área dos trabalhadores informais no bairro; identificação dos conglomerados; criação das feições individuais dos conglomerados; retificações dos limites dos conglomerados; união das unidades em um único arquivo de vetor (*shape*) do tipo polígono; alimentação dos dados na tabela de atributos das unidades criadas; mensuração dos dados e, quantificação das entrevistas seguindo as condições estatísticas.

A dissertação encontra-se estruturada em quatro (seções) doravante denominados capítulos, além dos elementos pré-textuais como pode ser percebido e elementos pós-textuais seguindo as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2 **TRABALHO, INFORMALIDADE E COMÉRCIO: UMA ANÁLISE RELACIONAL**

Tem-se a compreensão que o movimento é inerente as relações humanas constituindo como fator importante para o desenvolvimento da sociedade. Dessa maneira, cada período histórico será marcado por características que representam uma determinada realidade social, cujas dimensões cultural, econômica e política serão típicas do desenvolvimento das relações entre os indivíduos a partir da estrutura social de um dado momento.

Conforme Santos (2012a, p. 61), “[a] cada fase histórica, o papel de cada estrutura social assim como seu conteúdo variam.”. Consoante com as ideias apresentadas, o referido autor explicita que “[a] noção de tempo é fundamental. A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado.” (SANTOS, 2012a, p. 59).

Efetivamente, as relações que são constituídas em diferentes escalas, à medida que os processos de produção cada vez mais tornam-se adaptáveis ao tempo, evidencia a importância do estudo do movimento, da fluidez.

Com efeito, as relações capitalistas de produção ao longo de seu desenvolvimento e amadurecimento, trouxe novas demandas que requer a compreensão das suas múltiplas adaptações e inovações.

Assim sendo, esta seção terá por objetivo apresentar as ideias que norteiam as noções sobre o trabalho e a informalidade, bem como, seus desdobramentos ao longo do percurso metodológico a partir da discussão desenvolvida por alguns teóricos que estudam os temas em tela.

2.1 **PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS SOBRE O TRABALHO**

O ser humano nas suas múltiplas expressões, dotado de habilidades, cuja formação enquanto sujeito social é inerente as relações constituídas a partir do conjunto, assim, diversos ramos do saber científico tem por objeto de estudo o ser humano, destacamos, por exemplo, a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, bem como, a Geografia,

uma vez que cada disciplina a partir de seu método e rigor científico, contribuirá para o entendimento e compreensão das relações sociais e suas dimensões.

De tal forma que,

Como nos ensina Bosi (1936 -), a ideia de cultura em suas origens significou o enraizamento dos grupos humanos à terra, o que podemos traduzir como um sistema de posições sedentarizadas (BOSI, 1922). Desde os mais primitivos e recuados grupamentos humanos, temos o desenvolvimento de comportamentos espaciais aos quais podemos atribuir o nome de Geografia. (GOMES, 2017, p. 18).

Assim, a dimensão geográfica das relações sociais desenvolvidas ao longo do tempo, isto é, pauta pelo movimento dos agentes envolvidos na formação do território.

Inquestionavelmente o sujeito social é resultado das relações que são constituídas coletivamente por meio das experiências adquiridas pelo tempo, isto é, o homem não nasce homem, se torna homem (sujeito social, indivíduo com aspirações e intencionalidades) a partir do contato do arcabouço cultural no qual esteja inserido.

Como resultado material destas correspondências tem-se o espaço concreto, produzido pelos indivíduos em conjunto, por meio do movimento que é singular as relações entre indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, portanto,

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo **processo acumulativo**, que reflete o conhecimento e a experiências adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2009, p. 45, grifo nosso).

Como foi visto, as heranças culturais se tornam imprescindíveis para a formação coletiva do ser político, social e cultural, assim, segundo Milton Santos quando discute a noção de totalidade afirma, “cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico” (SANTOS, 2008a, p. 64).

Nesse contexto, a literatura científica expõe que a relação entre homem e natureza será mediada pelo trabalho por meio dos objetos, cuja finalidade é a reprodução social da espécie, no qual o resultado deste movimento de apropriação (relação política), também chamada de socialização por Marx, segundo Santos (SANTOS, 2008a, p. 70), será a produção do espaço, onde haverá distinção entre os tipos de paisagem, isto é, natural e artificial.

Portanto, Carl Sauer argumenta que esta relação simbiótica “à medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica etc.” (SANTOS, 2008a, 70). Nesse contexto, fica evidente a transformação (e sua apropriação) da paisagem natural para a paisagem artificial, que para outros teóricos ao discutirem o tema, de modo similar, intitulam tais expressões em primeira natureza e segunda natureza, respectivamente.

Isso permite afirmar que as relações sociais ao longo do tempo histórico ganham novos sentidos a partir do desenvolvimento das relações políticas entre os atores que atuam sobre o território. Cabe frisar, a ideia em torno do conceito será discutida a posteriori, em razão da sua importância para a compreensão e análise dos fenômenos espaciais.

Já foi dito, a paisagem natural se encontra em constante transformação, dada a capacidade intelectual e/ou filosófica do homem em tornar este ambiente um produto social diante do desenvolvimento das relações técnicas.

Face ao exposto, entendemos que o trabalho enquanto mediação entre o indivíduo e o meio natural é um elemento subjetivo inerente a espécie humana que forja as características do ser social, diferenciando-nos dos demais seres vivos que estão atrelados a ordem natural.

Nesse contexto, nós constituídos de habilidades específicas, por exemplo, o pensar, nos apropriamos do ambiente produzindo território, em função de nossas necessidades que é da materialização por meio da inserção de próteses (objetos artificiais), portanto, atividades estas que não são dadas por ordem natural e sim, pela ação humana.

Cumprido frisar,

O que chamamos **trabalho** é algo substantivamente universo dessas atividades³. Na medida em que foi se estruturando e desenvolvendo ao longo de um larguíssimo decurso temporal, o trabalho **rompeu** com o padrão **natural** daquelas atividades:

Em primeiro lugar, porque **o trabalho não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural**; diferentemente, ele exige **instrumentos** que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais sim interpondo entre aqueles que executam e a matéria;

Em segundo lugar, porque **o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas**; bem ao contrário, passa a exigir **habilidades e conhecimentos** que se

³ As atividades que os autores abordam, refere-se à determinação genética, ou seja, uma relação direta entre o ser vivo e o ambiente em que encontra-se inserido.

adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante **aprendizado**;

Em terceiro lugar, porque **o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades**, nem as satisfaz sob **formas fixas**; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido (alimentação, proteção contra intempéries, reprodução biológica etc.) as **formas** desse atendimento variam muitíssimo e, sobretudo, implicam o desenvolvimento, quase sem limites de **novas necessidades**. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 42, grifo do autor).

Como se pode analisar, o produto fruto da relação entre o meio e o ser humano, será posta por meio do trabalho e os instrumentos criados para atender os desejos e intencionalidades que a espécie humana possui, cujo objetivo é garantir a sua sobrevivência. Assim, o produto deste vínculo será dado por meio da dinâmica que é inerente a espécie humana, dotada de capacidade de articulação e pensamento racional.

De modo similar,

O homem é ativo. A ação que realiza sobre o meio que o rodeia, para suprir as condições necessárias à manutenção da espécie, chama-se ação humana. Toda ação humana é trabalho, e todo trabalho é trabalho geográfico.

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso a geografia estuda a ação do homem. (SANTOS, 2008a, p. 97).

Nesse contexto, há de convir que a relação estabelecida entre os elementos descritos anteriormente, estão postos por meio de um conjunto de arranjos materializados sob uma superfície física que denomina-se espaço social (geográfico). Milton Santos (2008a) vem definir o que é espaço, cujo entendimento está relacionado ao conjunto indissociável de objetos geográficos, considerando elementos naturais e sociais, e a sociedade em movimento, isto é, nas palavras do autor – “a vida que os preenche e os anima”, portanto, o movimento que é atributo essencial para a reprodução dos fenômenos.

Como foi dito, “o espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual as frações da sociedade em movimento. As formas, pois, tem um papel na realização social.” (SANTOS, 2008a, p. 28). Fica demonstrado que a atividade humana é capaz de transformar a natureza em prol de garantias para a reprodução da espécie por meio de instrumentos de trabalho e de forma preconcebida.

Nesse contexto, é mister explicar que a nossa intenção não é afirmar que a espécie humana está acima do ambiente natural, esta última dotada de particularidades e complexidades. Pelo contrário, nossa análise se enquadra no contexto em que a capacidade de apropriação pelo sujeito social dos elementos naturais, com vistas a sua transformação em prol da sociedade, é possível graças a preconcepção do ato em si a ser realizado por meio do trabalho.

Em síntese, temos como resultado:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria **ação, media, regula e controla** seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2017, p. 255, grifo nosso).

Parece claro afirmar que os atos de agir, mediar, regular e controlar são elementos primordiais para a compreensão acerca desta relação complexa em que ao longo do tempo se aperfeiçoou. Em outras palavras, a atuação dos homens sobre a natureza e sua capacidade de transformá-la inserindo objetos técnicos⁴, difere da atuação dos seres vivos que não possuem as mesmas características de análise e pensamento. Portanto, o animal age de forma instintiva sempre produzindo o mesmo para a sua sobrevivência de acordo com as condições impostas pelo o meio.

2.2 INFORMALIDADE, UM CONCEITO DEFINIDO?

Recursos tecnológicos se fazem cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e empresas em todo o planeta. Na mesma intensidade, encontram-se evidentes por todo o mundo, manifestações contraditórias, ou simplesmente antagonismos, que são reafirmados em diversos pontos do território, contrapondo os ideais de uma sociedade da era informação e do progresso técnico.

⁴ De acordo com Milton Santos (2008, p. 97) estes objetos técnicos poderão ser denominados de formas ou objetos culturais, artificiais, históricos.

Nesse contexto, o dinheiro, a competitividade, o consumo, tornam-se elementos que fornecem subsídios para a compreensão acerca do que se pensa sobre a violência estrutural e perversidade sistêmica, a partir dos pressupostos elencados por Milton Santos (2009a).

Para o referido autor, “com a globalização impõem-se uma nova noção de riqueza, de prosperidade e de equilíbrio macroeconômico” (SANTOS, Milton, 2009a, p. 56), na qual a competitividade entre os atores globais é o condutor dos processos, cujo foco é a conquista do dinheiro.

Como resultado, apresenta-se no contexto global disparidades regionais consideráveis onde a fome, a emigração, o desemprego, são fenômenos considerados banais mesmo existindo possibilidades de mudanças ou mitigações.

Na ótica de Milton Santos (2009a, p. 79), “no mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições.”. Por consequência, pretendemos analisar, a economia informal neste jogo de relações mundiais de produção e suas repercussões territoriais locais.

É importante frisar, diante da complexidade que o assunto impõe, isto é, conceituar o termo informalidade⁵, desde a origem dos primeiros estudos até o presente contexto de mudanças nas concepções de trabalho e produção, corremos o risco de não atingirmos o nível ideal para efetivo entendimento deste fenômeno. Assim sendo, o objetivo neste momento, é apresentar alguns aspectos conceituais e teóricos do tema.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) evidência a importância do debate em torno do Setor Informal, apresentando estudos publicados na época a respeito do emprego realizado no Quênia, no qual argumentara que este fenômeno era típico dos países subdesenvolvidos, conforme atestam Krein e Weishaupt, citando o próprio documento da OIT de 1972, no qual:

⁵ “A informalidade passou a ser objeto de estudo de pesquisadores em diversos centros de pesquisas motivando diferentes conceituações por perspectivas diversas, crenças ideológicas e correntes de pensamentos chegando, até, a confundir o próprio termo em questão”. (SANTOS, Márcia dos, 2009, p. 57).

o chamado **setor informal** da economia urbana, que foi entendido como um fenômeno típico dos países subdesenvolvidos, nos quais o avanço das relações mercantis modernas não havia sido capaz de incorporar expressiva parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista, possibilitando o aparecimento de outras estratégias de sobrevivência. (2010, p. 8, grifo dos autores).

É preciso acentuar e ressaltar que os estudos empreendidos neste contexto do Quênia “considerava o processo de desenvolvimento como resultante a coexistência de setores ‘modernos’ e ‘atrasados’, podendo-se perceber aí uma concepção dual sobre a organização da economia urbana”. (ALVES, 2001, p. 55).

Vale salientar, de acordo com a literatura a teoria do dualismo estrutural, o fundamento apresentado se baseia na concepção antagônica, diferencial e divergente entre dois grupos que não possuem compatibilidade e comunicação entre si, caracterizando como elementos sem relações mútuas, portanto, de um lado o setor tradicional, do outro lado o setor moderno.

Nesse contexto, apresentemos:

As teorias dualistas caracterizavam as sociedades dos países do chamado “3º mundo” como constituídas de dois diferentes “setores”: o **setor formal** composto por unidades produtivas organizadas, e o **setor informal** caracterizado por unidades produtivas não organizadas. Este último era visto como “resíduo” ou “entrave” ao “segmento moderno”. Essa forma de abordagem foi trazida à análise do mercado de trabalho no qual os trabalhadores informais, considerados “marginais”, eram vistos como obstáculos ao desenvolvimento daqueles países. (ALVES, 2001, p. 54, grifo da autora)⁶.

Em certo sentido, pode-se concluir que as características apresentadas por Alves (2001) acerca dos setores, estão calcadas nos postulados da ou Teoria do Subdesenvolvimento, ou seja, lugares desenvolvidos eram considerados modernos e lugares subdesenvolvidos estariam enquadrados enquanto tradicionais.

Isso permite afirmar que corrente de pensamento supracitada, tem por premissa corroborar que o sistema capitalista de produção é o impulsionador do desenvolvimento,

⁶ De acordo com Beloque (2007, p. 31): “de fato, conforme observa Cacciamali, a suposição de um mercado informal – ou economia informal, como também frequentemente se denomina – que convive paralelamente com um mercado ou uma economia formais, guarda traços da herança cepalina, de seu pensamento dual-estruturalista que, já na década de setenta, foi exaustivamente criticado.”

portanto, refutando a ideia que o sistema produz o oposto, isto é, o subdesenvolvimento de áreas.

Contudo, Oliveira (1987) *apud* Tavares (2002a, p. 35) afirma que o “subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo”. Esta ideia segundo Tavares (2002a, p. 35) irá ser confirmado pela Teoria da Subordinação, formulada por Paulo Renato Souza (1999), o autor explica que a economia é uma série de acontecimentos sequenciais e ininterruptos de formas organizadas da produção, no qual o “setor informal” não encontra-se de modo isolado, ou seja, é uma forma que faz parte da lógica de produção capitalista e a ele encontra-se subordinada.

Em síntese,

Para Oliveira, a ruptura com o que se poderia chamar do ‘modo de produção subdesenvolvido’ ou é completa ou apenas se lhe acrescentarão detalhes. No plano teórico, o conceito de desenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’, não se sustenta como singularidade: este tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição, na maioria dos casos, é tal somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia. (OLIVEIRA, 1987, p. 12 *apud* TAVARES, 2002a, p. 35).

De acordo com Cacciamalli (1982, p. 16, grifo da autora) a designação acerca do “Setor Informal” foi pensando a partir da ótica da produção, portanto, nas palavras da referida autora “em que a unidade de análise que fixava os limites da **informalidade** era o estabelecimento produtivo”, isto é, a forma e a posição do estabelecimento frente ao conjunto das atividades de produção, eram os elementos principais para a caracterização da atividade como informal.

Assim, as características dos estabelecimentos informais, a partir dos pressupostos elencados pela OIT, são apresentados pela autora:

Caracterizava-se os estabelecimentos informais por apresentarem a organização da produção com pouco capital, com uso de técnicas pouco complexas e intensivas de trabalho e com pequeno número de trabalhadores, fossem remunerados e ou membros da família. Além disso tais estabelecimentos não eram alvos de política governamental, tinham dificuldades para obtenção de créditos e atuavam em mercados competitivos. (CACCIAMALLI, 1982, p. 16)⁷.

Krein e Weishaupt (2010, p. 9) novamente referenciando os estudos da OIT, citam que as designações “setor tradicional” e “setor moderno”, foram substituídas pelas terminologias “setor formal” e “setor informal”, respectivamente; “uma vez que o setor informal é entendido como fenômeno moderno e resultado do processo de urbanização”.

Os autores supracitados mostram que a definição de “setor informal urbano” oriundo dos estudos realizados no Quênia em 1972, apresentavam-se enquanto um caráter descritivo. Ademais, não existia um corpo teórico robusto que explicasse de forma clara, os elementos necessários para explicar o fenômeno a partir de uma investigação social que abrangesse uma noção qualitativa, por exemplo, do que viria ser a informalidade.

Diante do exposto, conclui-se que diante da ausência do campo conceitual definido, os autores afirmam – “as atividades informais foram pensadas como formando um setor, que engloba tanto empresas como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio”. (SALAS, 2003, *apud* PRONI e KREIN, 2010, p. 9).

De acordo com Krein e Weishaupt (2010) no final da década de 1960 foi criado o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), considerada uma instituição internacional, criada no objetivo de participar junto ao Programa Mundial de Emprego da OIT. O PREALC, tinha como missão realizar estudos acerca da realidade latino-americana a respeito do perfil do desenvolvimento econômico regional, onde os estudos tinham como premissas,

⁷ A autora alerta que “por esta definição, os trabalhadores por conta própria, independentes ou autônomos, eram considerados como **estabelecimentos** e incluídos no setor informal; este termo era o caso, em geral, das atividades e estabelecimentos não reconhecidos juridicamente.” (CACCIAMALLI, 1982, p. 16, grifo da autora).

Bastante difundida[s] na época pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), de que o crescimento econômico não vinha sendo suficiente, nos países economicamente atrasados ou subdesenvolvidos de um modo geral, para universalizar as relações de assalariamento e estruturar um mercado de trabalho homogêneo, que pudesse propiciar remunerações adequadas para melhorar as condições sociais das camadas populacionais que continuavam vivendo em condições de pobreza absoluta e marginalidade social. (KREIN e WEISHAUPT, 2010, p. 9).

Continuando com as ideias de Krein e Weishaupt (2010, p. 9, grifo nosso), os estudos do PREALC (1978) corroboravam que o setor informal urbano se expressava enquanto excedente estrutural de mão-de-obra, bem como, tinha por característica um setor que abranja baixa remuneração e, “postulava uma correlação entre a pobreza [bem como, a migração] e a forma de inserção no **mercado de trabalho**”⁸.

Assim, de modo similar, percebe-se neste contexto a esta estrutura produtiva segmentada em dois setores mantendo a ideia da dualidade,

de um lado, o mercado informal, onde são geradas ocupações em empresas organizadas; de outro, o mercado informal, relacionado a atividades de baixo nível de produtividade exercidas por trabalhadores independentes (trabalho por conta própria) e por empresas muito pequenas (operando sem uma organização realmente empresarial). (KREIN e WEISHAUPT, 2010, p. 9).

Semelhante as características apresentadas anteriormente, Cacciomali (1982, p. 21) argumenta que o setor informal é formado por atividades pouco capitalizadas, por meio de unidades de produção pequenas, com baixo teor tecnológico e organização formal escassa ou nula.

Assim sendo, Cacciomali (1982, p. 37, grifo da autora) em sua tese de doutoramento diante das discussões realizadas, apresenta alguns itens a respeito do setor informal na tentativa de operacionalizar o conceito, eis:

⁸ De acordo com Beloque (2007), “do ponto de vista da análise marxista, o conceito ‘mercado de trabalho’ é uma contradição no próprio termo. O significado usual do conceito ‘mercado de trabalho’ é o **lócus** econômico e, portanto, não o local físico, onde o ‘trabalho’ é vendido pelo trabalhador e comprado pelo capitalista. Esta transação tanto pode ser feita em condições de concorrência, caso em que os salários são fixados pela interação da oferta e demanda de ‘trabalho’, quanto pode ser realizada sob a intervenção, em maior ou menor grau, do Estado que busca regular o processo de determinação do valor dos salários e das condições de contratação do trabalhador. Ressalta-se, contudo, que, no ‘mercado de trabalho’, o que o trabalhador vende não é o seu ‘trabalho’, mas a sua **força de trabalho**, e isso não é um preciosismo nem um detalhe. Trabalho, tal como definido por Marx, é a força de trabalho em ação, a força de trabalho em atividade. (BELOQUE, 2007, p. 24, grifo da autora).

- i) trabalhadores que não têm contrato de trabalho sob o **guarda-chuva** da legislação trabalhista;
- ii) um conjunto de atividades econômicas definido *a priori*;
- iii) por resíduo – os trabalhadores que não estão incluídos no Setor Formal;
- iv) firma com números arbitrários de trabalhadores;
- v) empregadores, trabalhadores e familiares em estabelecimentos de até quatro empregados, trabalhadores por conta própria (exceto profissionais liberais), serviço doméstico e trabalhadores ocasionais.

Em última análise, é importante destacar que para Cacciomali (1982, p. 8) a organização em torno do setor informal não está calcada na força de trabalho por meio do assalariamento e, palavras da autora – “o entendimento e a aplicação do termo Setor Informal não segue marcadamente este caminho”.

Retomando o que foi dito no início desta seção, a respeito da dinâmica espacial que Milton Santos descreve como novos contornos, novas características e novas definições do espaço geográfico mundial, os conceitos teóricos deverão corresponder as diferentes realidades em que o mundo apresenta.

Como resultado, diante das transformações nas últimas décadas em âmbito mundial, houve a necessidade de revisar os marcos conceituais em torno do debate da economia informal. Assim, a OIT por meio de conferências internacionais tinha por objetivo estabelecer um consenso sobre o assunto. Inicialmente foi estabelecido que as unidades econômicas do setor informal eram de dois tipos: empreendimentos unipessoais ou familiares; e microempresas com trabalho assalariado. Contudo, ao longo da década de 1990 houve dificuldades para se manter uma padronização em nível mundial para a classificação das atividades ligadas ao setor em tela. (KREIN e WEISHAUP, 2010, p. 11).

Nesse contexto, diante das transformações influenciadas pela globalização econômica, ocorreu a mudança na conceituação acerca da atividade econômica ora em discussão pela OIT no ano de 2002, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), em que “a principal novidade foi a mudança conceitual: passou-se a utilizar o termo **economia informal**, procurando assim englobar toda a diversidade e dinamismo encontrados neste universo complexo e heterogêneo.” (KREIN e WEISHAUP, 2010, p. 12).

Pode-se concluir que diante das inúmeras concepções teóricas, como também, ideológicas que serviram de embasamento conceitual para definir o campo da produção atrelado as atividades ditas informais, indubitavelmente, o consenso não existe diante das

dinâmicas inerentes do espaço econômico (informal) ao longo do tempo e, diferenças nas correntes de pensamento.

3 DO TERRITÓRIO À TERRITORIALIDADE DO COMÉRCIO: CONCEITOS, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PARADIGMAS DE ANÁLISE

Concebendo que o homem é resultado do meio cultural em que está inserido e fruto de um processo acumulativo histórico, por meio de relações intrínsecas entre os pares e com o meio através do trabalho, a ação humana será realizada sobre uma base física apropriada, que na geografia intitula-se território.

Diante do exposto, o território enquanto objeto de análise da dinâmica espacial, será o objetivo desta seção. Serão apresentadas algumas concepções teóricas a respeito do conceito e suas projeções no contexto da economia informal, voltada para o panorama econômico atual, cujas indicações serão importantes para a discussão em torno do objeto de estudo desta pesquisa.

3.1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES

Foi visto na seção anterior que o espaço geográfico é o conjunto de objetos, quer sejam naturais, quer sejam sociais, junto com a dinâmica inerente à sociedade, que o próprio Milton Santos vai afirmar como “a vida que os preenche e os anima”. (SANTOS, 2008a, p. 28).

O autor supracitado chama a atenção, dizendo: “a globalização da sociedade e da economia gera a mundialização do espaço geográfico, carregando-o de novo significado” (AMIN, 1980, p. 226 *apud* SANTOS, 2008a, p. 29), continuando, “o espaço assume hoje em dia uma importância fundamental, já que a Natureza se transforma, em seu todo, numa forma produtiva” (PRESTIPINO, 1977, p. 181 *apud* SANTOS, 2008a, p. 29).

Dessa maneira, as necessidades do processo produtivo e seu espraiamento para os diversos pontos do planeta, na forma direta ou indireta, é motivo de criação de escalas de hierarquização ou seletividades, diante da posição em que cada agente atua no território. (SANTOS, 2008a).

Certamente, a informalidade é considerada um exemplo das relações humanas. Relações que permeiam os caminhos econômicos e políticos, intrínsecos a atividade humana da convivência e interações. Em outras palavras, a informalidade enquanto expressão da dinâmica social em um contexto econômico global, cujas repercussões são

complexas e difusas, entendemos que a economia informal se encontra integrada a lógica de produção capitalista no atual período, que se apresenta como forma materializada no território.

Gomes (2017) discute sobre a existência de três domínios ou formas que são essenciais para o entendimento do que vem a ser Geografia no atual período, isto é, uma forma de sensibilidade, uma forma de inteligência e um ramo do conhecimento. No início deste trabalho, especificamente na seção que trata sobre os pressupostos conceituais sobre o trabalho, discutimos de maneira sutil as concepções da sensibilidade e inteligência aplicada ao homem e sua capacidade de transformar o meio em benefício da sociedade.

Na ótica do autor (GOMES, 2017, p. 17 – 19, grifo nosso), as interpretações das dimensões citadas são postas:

Pode-se dizer que o primeiro desses domínios uma forma de **sensibilidade**, uma espécie de impressão causada pela dimensão espacial. Trata-se de uma capacidade de situar coisas no espaço e de nos situarmos nele, ou seja, de dirigirmos os movimentos do corpo no espaço. Corresponde, sobretudo, também à capacidade de saber se orientar, de construir traçados entre coisas diversas que estão dispersas no espaço. [...] A esse segundo domínio ao qual também unimos o nome de Geografia corresponde uma forma de **inteligência**. Na espécie humana, o desenvolvimento da cultura faz essa inteligência espacial compor um conjunto de conhecimentos que são estabelecidos e transmitidos. [...]. O terceiro domínio para o qual usamos essa designação de Geografia é o ramo do **conhecimento** que, desde um passado remoto, se consagra ao estudo à especulação sobre as causas e formas de entendimento da dispersão. Dito de outra forma, essa Geografia é o campo ou área de interesse que reúne inúmeras tradições, todas preocupadas em responder à questão do porquê da lógica das localizações, seja ela ordenada pelos elementos naturais ou pelos humanos”.

Após um epítome acerca das três formas de pensar a dimensão geográfica, emergirmos uma pergunta e sua respectiva resposta, no qual Gomes (2007, p. 13) embasa sua tese, “o que é Geografia? É uma forma de pensar.”. Do mesmo modo, corroboramos com Gomes quando ele lança a ideia de que o pensamento geográfico é uma possibilidade de compreender o mundo, nas palavras dele: “a Geografia é também uma forma autônoma de estruturar o pensamento, uma forma original de pensar.” (GOMES, 2007, p. 13).

Por conseguinte, o propósito de compreender as relações da economia informal e sua dinâmica a partir do olhar geográfico, é salutar evidenciar conceitualmente a diferença entre os conceitos de espaço geográfico e território.

Precipualemente, apresentar-se-á alguns pressupostos teóricos acerca do conceito de espaço geográfico a partir das ideias de Santos (2009b) e Lefébvre (CASTRO, GOMES,

CORRÊA, 2011) e, as concepções teóricas sobre o conceito de território tendo por base as ideias difundidas por Raffestin (1993); Santos, Souza e Silveira (1998); Santos et al. (2007) e, Santos e Silveira (2001). Além disso, serão apresentadas as concepções sobre o poder, as territorialidades e as temporalidades, que serão importantes para a nossa análise.

Armando Corrêa da Silva (1982 *apud* Santos, 2008) estabelece uma linha de pensamento que nos cabe a devida atenção, em princípio para a geografia alcançar seu propósito científico certamente necessita ter uma teoria espacial encorpada, assim como, para a sua legitimidade o conhecimento geográfico, por consequência, requer um conceito que esteja ligado à natureza do espaço.

Destarte, o referido autor, alerta sobre a condição essencial de conceber a geografia por meio de um objeto (espaço geográfico), portanto, um caminho para a compreensão dos fenômenos relacionados a sociedade e natureza.

Dessa maneira, para não cairmos em um reducionismo equivocado, tentar-se-á apresentar o fenômeno pesquisado relacionando a uma categoria-chave da ciência geográfica com a finalidade admitida de realizar uma leitura científica do objeto investigado.

Raffestin (1993) preconiza em sua célebre obra que espaço e território não poderão ser considerados termos equivalentes. Da mesma forma, Sposito (2004, p. 111) concerne argumentando, “o conceito de território é constantemente confundido com o de espaço por aqueles que ainda não se debruçaram em leituras mais profundas.”. Santos e Silveira (2008, p. 19) seguindo a mesma linha de raciocínio enfatizam, que “a linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço.”. Por fim, Souza (2016) endossa numa primeira aproximação do que é espaço geográfico está relacionado à superfície terrestre, contudo, ele alerta que esta análise tem característica parca ao se limitar a ela, deixando de perceber outros fatores para a compreensão.

Assim sendo, Raffestin (1993) conclui que este equívoco fora gerado por geógrafos que se utilizaram das terminologias sem os critérios devidos, fomentando por sua vez confusões nas suas análises, dispensando as diferenças convenientes.

De maneira idêntica, Santos (2012b) entende que a ausência da definição do objeto de estudo da geografia é motivo de preocupação, pois, nas palavras do autor,

Reproduzir uma lista de definições da geografia é sempre cansativo, talvez, contraproducente. Se uma ciência se define por seu objeto, nem sempre a definição da disciplina leva em conta esse objeto. Este é, particularmente, o caso da geografia, cuja preocupação com o seu objeto explícito – o espaço social – foi sempre deixada em segundo plano. Insistimos em que essa falha é uma das causas do seu atraso no campo teórico-metodológico e tem responsabilidade pelo seu isolamento. Insistimos em que não pode haver progresso científico sem meditação a propósito da forma como os diferentes aspectos da realidade são estudados. (SANTOS, 2012b, p. 145).

Ademais, Souza (2016) alerta que é corriqueiro a associação do termo “geográfico” aos aspectos fisiográficos, isto é, as formas “naturais” (relevo, clima, hidrografia, solo) presentes na superfície terrestre, por profissionais não geógrafos na formação, deixando em segundo plano no que se refere à “ocupação humana”.

Por fim, Souza (2016, p. 21) ratifica a ideia em que

Essa interpretação naturalizante não é descabida, e não se pode culpar os leigos por permanecerem aferrados a ela; afinal, durante muitas décadas ela foi preponderante no interior da própria disciplina acadêmica denominada “Geografia”, e isso marcou a maneira como os conhecimentos da disciplina chegaram às escolas e aos livros didáticos.

Milton Santos argumenta que o espaço geográfico “é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço.” (SANTOS, 2008, p. 85)⁹. Além disso, o autor complementa a ideia por meio do desenvolvimento teórico alcançado ao longo do tempo, portanto, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2009b, p. 63).

Assim sendo, a compreensão acerca deste entendimento do que é espaço geográfico encontra-se embasado na ideia que existe uma relação entre os objetos e ações, através de uma estrutura organizada, no qual o tempo é um elemento importante para o estudo do espaço. Logo, o espaço geográfico é produto das relações historicamente construídas pelo homem vivendo em sociedade, assim como, sua reprodução.

⁹ Na visão do autor, entende-se por **fixos**: “são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa de homens”. Já os **fluxos**: “são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo”. (SANTOS, 2008, p. 86).

Com efeito, esta dinâmica intrínseca a sociedade organizada por meio de uma estrutura, pode ser intitulada como espaço social, na ótica de Souza (2016, p. 22) “[p]ode-se entender o espaço social como aquele que é apropriado [superfície terrestre], transformado e produzido pela sociedade”¹⁰.

Diante das contradições da economia capitalista nos anos de 1960, a noção de espaço foi influenciada pela concepção marxista de pensamento. O autor que apresenta a ideia de espaço calcada no modelo de análise marxista foi Henri Lefébvre em sua obra “Espaço e Política”. (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2011).

Segundo Lefébvre (1976, p. 34 *apud* CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2011, p. 25 – 26),

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda a produção e de todo intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção”.

Em resumo, o espaço na concepção de Lefébvre (1976) “é concebido como **lócus** da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade.” (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2011, p. 26, grifo dos autores).

No que tange aos pressupostos conceituais que contribuíram para a definição de território a literatura científica evidencia alguns caminhos, por exemplo: concepções naturalistas, concepções jurídicas e concepções econômicas. Com efeito, não serão abordadas demasiadamente as diferentes correntes de pensamento acerca do conceito de território.

Souza (2016) aponta que o conceito de território nos últimos anos vem passando por vigorosas tentativas de redefinição e depuração. Certamente este movimento de análise dos pressupostos teóricos que fundamentam o entendimento sobre o conceito, é importante para a ciência, haja vista, que a dinâmica dos fenômenos é permanente e os processos são históricos, assim sendo, para uma dada realidade seja palpável em termos teóricos, o objeto de investigação do campo científico necessita ser rediscutido.

¹⁰ É importante destacar que para Santos (2012, p. 151), “[o] espaço que nos interessa é o espaço do humano ou espaço social, [...]. Que é, então o espaço do homem? É o espaço geográfico, pode-se responder. Mas o que é esse espaço geográfico? Sua definição é árdua, porque sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social.

Lembremos rapidamente, para não sermos excessivos na descrição detalhada da concepção naturalista sobre o território, a ideia em torno desta linha de pensamento levava em consideração aos estudos do comportamento animal.

Só para exemplificar, Haesbaert (2016, p. 45) esclarece, “[o]s estudos referentes à territorialidade animal são relativamente antigos no âmbito da Etologia. Trabalho clássicos como o de Howard (1948, original: 1920) lançaram o debate a partir do estudo do território de certos pássaros.” Logo, a origem da ideia sobre território não nasceu da concepção de apropriação dada a partir do sujeito social.

Sob o mesmo ponto de vista, Friedrich Ratzel (1844 – 1904) um expoente da corrente de pensamento naturalista para a concepção do território, influenciado pelo desenvolvimento na época das ciências naturais, compôs suas ideias a partir das concepções positivistas através da observação, comparação, descrição e classificação. Portanto, Haesbaert (2016) ressalta que esta noção está fundamenta na associação entre o território e a fundamentação material do Estado.

Afinal, as características elencadas por Ratzel, afirma que “o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial” (MORAES, 2000, p. 19 *apud* HAESBAERT, 2016), isto é, a definição em tela tem um caráter normativo, jurídico.

Além disso, Saquet (2015, p. 31 - 32) reforça expondo,

Por isso, [Ratzel] faz uma abordagem a serviço do Estado alemão de sua época, sem superar a visão naturalista de território, herdada de ciências como a biologia, apesar do esforço em produzir uma geografia das relações e de trabalhar a relação entre diferentes ciências. Compreende o território como uma parcela do espaço, delimitada, com ou sem a presença do homem; com ou sem modificações provocadas pelos povos e com ou sem a presença e domínio do Estado, revelando significados da ciência geográfica e do território em seu período de vida e estudos.

Do ponto de vista antrópico, o território e seu escopo vão ser definidos a partir das relações historicamente definidas, que terão como ponto de partida na análise dos fenômenos, o poder. Raffestin (1993) argumenta que o território é uma produção oriunda do espaço cujo resultado se dá a partir de uma ação, isto é, em nosso ponto de vista a “ação” que o autor se refere está diretamente relacionada ao poder, logo, o poder é um elemento intrínseco às relações sociais.

Diante do exposto, Saquet (2015, p. 32) expõe a compreensão de poder por Foucault (1978),

[É] uma rede de relações variáveis e multiformes; é exercido e se constitui na relação, historicamente. [...]. O poder é produzido nas relações, em cada instante; não é uma instituição, mas o nome que se dá a uma situação complexa da vida em sociedade.

De acordo com Saquet (2015), o poder não está apenas relacionado a figura do Estado, ou seja, elas extrapolam. Ademais, as relações entre indivíduos se dão por meio do conflito e tem caráter heterogêneo. Por fim, Raffestin (1983, p. 65) citado por Saquet (2015, p. 33), diz: “Foucault não afirmou que tudo é poder, mas que cada relação é poder [...]”.

A dimensão política é o aporte fundamental para o entendimento acerca do território nesta compreensão teórica, no qual os elementos e as configurações que constituem aquela fração espacial relacionam-se entre si por meio do poder, isto é, nas palavras de Raffestin (1993, p. 53), “o campo da relação é um campo de poder”.

Raffestin na tentativa de compreender a definição de poder, compila as proposições feitas por Foucault, vejamos:

1. O poder não se adquire: é exercido a partir dos inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas não imanentes a elas;
3. O poder [também] vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Diante do que foi visto até agora, inegavelmente o território não pode ser concebido de forma a-histórico, sem levar em consideração a dimensão política das relações sociais, característica que forja o sujeito social enquanto ser cultural e promotor de territorialidades em diversos níveis de escala e no tempo.

Entende-se por territorialidades “como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar”, continuando na linha de raciocínio, “a

territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social” (SACK, 1986, p. 2 – 5 *apud* SAQUET, 2015, p. 83).

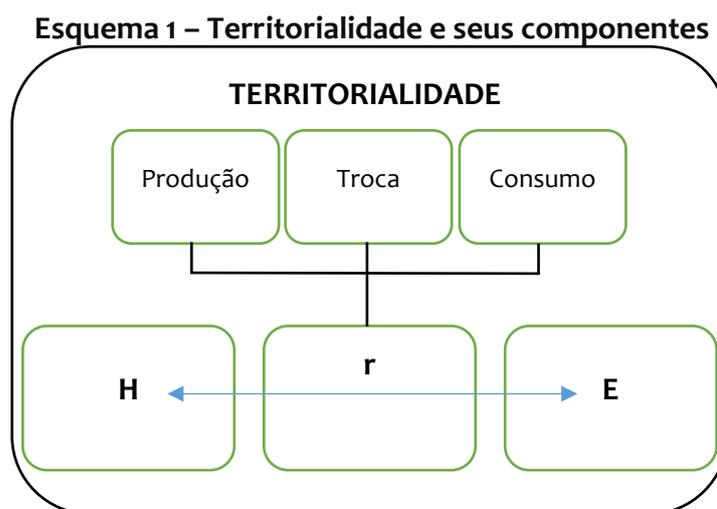
Raffestin vai definir a noção de territorialidade a partir da ideia que a vida é uma lógica combinada por relações que estão aptas a sofrer modificações no tempo. Com efeito, “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional **sociedade – espaço – tempo** em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.” (RAFFESTIN, 1993, p. 160, grifo nosso).

Como resultado, o autor vai resumir esta relação a partir da seguinte expressão:

$$T \rightarrow \sum H r E^{11}$$

Detalhando a ideia de Raffestin (1993) sobre territorialidade a partir da expressão em tela, onde “H” refere-se ao indivíduo, o sujeito pertencente ao grupo social, isto é, a coletividade; “r” sendo uma relação específica que necessita de outro elemento para produzir um efeito e, “E” como a exterioridade, ou seja, um lugar enquanto sistema institucional, político ou cultural, na definição do autor.

Para efeito de exemplificação, por meio das ideias apresentadas na obra de Raffestin (1993) montamos o esquema a seguir (Esquema 1) para evidenciar a noção de totalidade e os componentes que fazem parte da territorialidade.



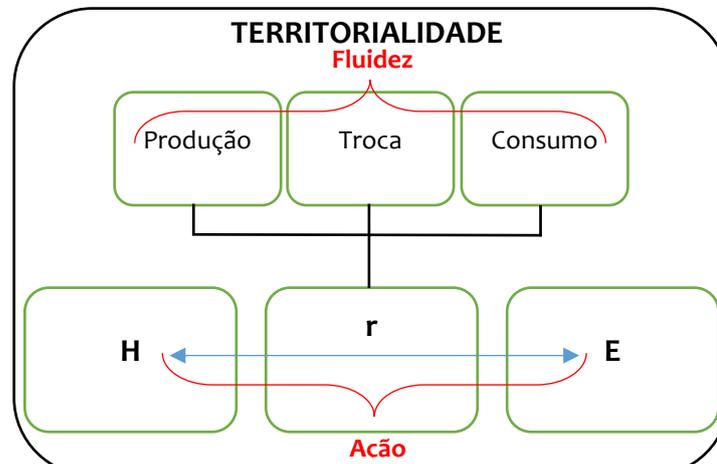
Fonte: Raffestin (1993, p. 160 – 161).

Montagem: FERREIRA, Daniel Nunes (2019).

¹¹ “A territorialidade sendo a “soma” das relações mantidas por um sujeito com o seu meio. Isso dito, não se trata de uma soma matemática, mas de uma totalidade de relações biossociais em interação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

A partir dos pressupostos evidenciados anteriormente, arriscamos a adaptar o esquema supracitado, diante de nosso entendimento do fenômeno ora apresentado.

Esquema 2 – Territorialidade e seus movimentos



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2019), adaptado de Raffestin (1993, p. 160 – 161).

Nesse contexto, entendemos que a fluidez e ação (relações de poder) fazem parte dos elementos constituintes da territorialidade, possibilitando a formação de um espaço delimitado por meio das apropriações e intencionalidades, todos pautados na lógica sistêmica.

Cumprir frisar,

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro em um conjunto de relações ações histórico-sociais, mas também num sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx (HAESBAERT, 2016, p. 82).

Face ao exposto, Raffestin (1993, p. 143) afirma que o território é um produto a partir do espaço, ou seja, “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço.”.

Esta concepção é de suma importância para compreendemos as múltiplas relações entre os indivíduos, entre grupos ou destes com o meio ecológico. Sabemos que no atual período as relações entre atores se tornam cada vez complexas e heterogêneas, exigindo

do conhecimento científico explicações para fenômenos superpostos em diferentes níveis de escalas.

Assim,

O território, enfim, condição básica e referência histórica para a consolidação e expansão do sistema capitalista, permanece com sua importância como suporte e como materialização das relações sociais de produção, exprimindo com muita força ainda seu caráter político”. (SPOSITO, 2004, p. 116).

Isso faz crer que nas palavras de Milton Santos, saibamos

o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (SANTOS, *et al.*, 2007, p. 13).

Isso autoriza concluir, “[m]esmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche.” (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998, p. 15).

Portanto, cremos que a economia informal é uma expressão contra-hegemônica territorializada marcada por contiguidade, diante do sistema de produção capitalista contida de contradições e disparidades.

Face ao exposto, é importante destacar que o referencial teórico a ser utilizado nesta pesquisa, baseia-se nos pressupostos elencados por Milton Santos, no qual o território será o nosso “horizonte metodológico” em busca da compreensão acerca do fenômeno da economia informal no bairro Alecrim em Natal/RN.

Ademais, a reflexão acerca da economia informal e sua conjuntura no recorte espacial supracitado, vai ser possível a partir das concepções do território usado. Nas palavras de Milton Santos, temos: “[é] o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social.” Outrossim, complementa: “[o] território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.” (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998, p. 15 - 16).

Com a finalidade de tornar claro o pensamento do autor referente ao entendimento sobre o conceito de território usado, expomos a ideia:

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, **mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade**. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que justamente com o alcance da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 21, grifo nosso).

Isso permite afirmar, o objetivo incide em revelar que o território usado, enquanto categoria de análise dos fenômenos espaciais, se enquadra como uma ferramenta metodológica imprescindível, para o alcance dos objetivos elencados desta pesquisa.

Na sequência, apresentar-se-á os fundamentos teóricos necessários, na tentativa de compreendermos a noção a respeito dos elementos e dinâmica que compõem a economia informal, cuja análise será importante ao longo deste trabalho, a fim de, relacionar o uso do território a partir das atividades econômicas presentes no objeto de estudo desta pesquisa.

3.2 CIRCUITO INFERIOR, COMÉRCIO POPULAR E COMÉRCIO INFORMAL

Por muito tempo os olhares acerca da economia e o emprego se voltavam para os países do chamado setor moderno caracterizado como áreas produtivas organizadas, lócus do desenvolvimento e prosperidade.

Governos e instituições de pesquisas tinham por definição em seus projetos, estabelecer normas e projeções para o desenvolvimento das áreas consideradas atrasadas, levando em consideração a organização da estrutura produtiva dos países considerados modelos de desenvolvimento, enquanto exemplos a serem aplicados.

Nesta concepção Santos vem referendar esta lógica,

As teorias sobre o desenvolvimento – ou subdesenvolvimento – foram apresentadas como diretrizes para a correção de desigualdades entre indivíduos, regiões ou países. O crescimento baseado no modelo de países já industrializados começou – e continua sendo – a ser considerado como a solução para o problema do desenvolvimento, tendo o planejamento como instrumento de sua realização. (SANTOS, 2009c, p. 19).

Diante do desenvolvimento das relações capitalistas de produção, novas formas de reprodução deste sistema foram apresentadas, contrapondo aos pressupostos que embasavam o modelo fordista até então vigente.

Assim, tanto as inovações tecnológicas inseridas quanto à flexibilização no mundo do trabalho, são características que fundamentam a reestruturação produtiva do capital, da mesma forma, a administração da produção, bem como, a exploração do trabalho são partes importantes dentro da readaptação do sistema em se manter diante de suas contradições combinadas.

Sob o mesmo ponto de vista, de acordo com Costa,

As mudanças oriundas da globalização provocaram uma reorientação estratégica na produção e organização das empresas. Fenômenos tais como o aumento da concorrência internacional, o incremento extraordinário de novas tecnologias no processo de produção, aliados à nova conjuntura de desregulamentação econômica e social, bem como ao reordenamento institucional do mercado de trabalho, forçaram as empresas a realizarem uma reestruturação produtiva em escala internacional, envolvendo transformações qualitativas tanto internas quanto externas às fábricas. (COSTA, 2008, p. 111).

Efetivamente as mudanças oriundas das novas relações de trabalho e da organização do processo produtivo, irão refutar a ideia dualista que explicava as relações econômicas separadamente em dois setores antagônicos.

Conforme foi visto, o “setor informal” era considerado um empecilho para o desenvolvimento das áreas que tinha como características fundadas nas relações de produção diferente dos moldes capitalistas “puros”. Conforme Tavares,

Assim, o desenvolvimento do capital acabaria por eliminá-lo [setor informal]. Mas quando a mesma economia de livre mercado se releva incapaz da integração prometida, o “setor informal” é reivindicado, não porque o seu desempenho contribua de algum modo com a acumulação capitalista, mas, como uma ação complementar à proteção social. (TAVARES, 2002b, p. 51).

A autora continua,

[...] a existência de empregos informais, de trabalho sob relações informais, o que não significa estar à margem do capital. É a própria estrutura capitalista que imprime esse caráter, pelo qual se explica a expansão do trabalho informal e o modo como parte dele, mediada pelos processos de terceirização, se articula diretamente ao capital. (TAVARES, 2002b, p. 51).

Diante das transformações no processo de acumulação capitalista, a relação entre informalidade e a estrutura produtiva passam a fazer parte da mesma lógica, ao mesmo tempo que a desregulação das relações de trabalho se tornam flexíveis, haverá uma disponibilidade maior de trabalhadores para serem submetidos a diferentes níveis de exploração e contratação (precarização do trabalho), haja vista, que a força de trabalho é a única mercadoria que tem capacidade de gerar outra mercadoria.

Portanto, diante do aumento do exército de reserva de mão de obra, os trabalhadores estarão submetidos a novas formas de expropriação pelo capitalista, tendo como a informalidade um caminho articulado ao sistema capitalista. Assim, podemos concluir que informalidade diante do desenvolvimento das relações de produção e suas dinâmicas é incorporada a lógica capitalista.

Para fins de exemplificação, tentamos ilustrar através da periodização (Quadro 1) a concepção de informalidade de acordo com a concepção teórica da época, seu período, as classificações e uma característica-chave que os defina.

Quadro 1 – Periodização da informalidade

Concepção teórica	Período	Classificação	Característica
Teoria do Subdesenvolvimento	1950 – 1960	Setor Moderno	Independente
		Setor Tradicional	
Teoria da Subordinação	1970 – 1980	Setor Formal	Intersticial
		Setor Informal	
Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana	1980 – ...	Circuito Superior	Interdependente
		Circuito Inferior	

Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2019).

Após anos analisando as relações de produção de modo dissociado entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, os estudos relacionados ganham um novo formato de interpretação, como pode ser visualizado no quadro acima. De acordo com Santos (2009c, p. 44), “[a]s análises econômicas, e os estudos sociológicos e geográficos, desde seus primórdios, durante muito tempo confundiram o setor moderno da economia urbana com a cidade como um todo”.

Para o autor supracitado, o resultado destes estudos não tinha como referência a cidade por completo, e sim, a metade no qual era o ponto inicial para o desenvolvimento de teorias da urbanização e emprego pleno (SANTOS, 2009c., p. 44).

Diante das transformações das últimas décadas no sistema produtivo, a informalidade ganha um novo contexto diante destas mudanças ocorridas graças a reestruturação produtiva, uma vez que,

O mundo produtivo contemporâneo, particularmente desde o amplo processo de reestruturação do capital desencadeado em escala global no início da década de 1970, vem apresentando um claro sentido multiforme, com tendências mundiais de informalização da força de trabalho e de aumento dos níveis de precarização dos trabalhadores. (ANTUNES, 2013, p. 13).

Portanto, entendemos que a informalidade não se enquadra como uma expressão isolada da economia, pelo contrário, a informalidade possui características complexas e próprias nas quais não podemos analisá-la de modo individual.

Dessa maneira, com intuito de entender a posição da informalidade na estrutura produtiva pós-fordista, nossa análise terá como escopo a ideia formulada por Santos (2008; 2009c) para compreender a economia dos países subdesenvolvidos a partir da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana.

De acordo com a teoria elencada, a proposta tem por finalidade estudar a cidade do “Terceiro Mundo” enquanto totalidade, isto é, como um sistema único composto por dois subsistemas, intitulado de “circuito superior” e “circuito inferior”. (SANTOS, 2009c).

A rigor, a justificativa que apresentamos para a utilização da teoria em tela para nosso objeto de estudo, está relacionado no entendimento que o circuito inferior é apresentado como um subsistema urbano dotado de uma racionalidade, onde suas atividades estão atreladas a produção, distribuição, comercialização e consumo.

Santos (2009c, p. 62) lembra,

Em outras palavras, dentro de cada circuito as características são mutuamente elucidativas e fazem parte de um sistema. Consideradas isoladamente, cada característica de um circuito é o inverso da característica correspondente do outro circuito e portanto opostas. Realmente, essa oposição é dialética, visto que as características do circuito inferior são explicadas pela economia como um todo, na qual o circuito superior está em posição dominante. É por essa razão que os dois circuitos formam dois subsistemas dentro do sistema urbano.

De acordo com o autor os subsistemas são complementares e opostos, acompanhada de dominação, baseado em um sistema de estrutura (SANTOS, 2009c).

Com o propósito de diferenciar os dois subsistemas discutidos, expomos o quadro dois (2) com as características fundamentais de cada circuito (SANTOS, 2008b, p. 44).

Quadro 2 – Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade
		Qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre o comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	Bancário	Pessoal não-institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papeis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
<i>Overhead capital</i>	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: SANTOS (2008b, p. 44).

É importante destacar que o fenômeno apresentado e sua definição atende as especificidades do atual período, característico da modernização tecnológica. Ademais, para o autor o circuito inferior não é definido como tradicional, haja vista, ser oriundo da modernização e ser enquadrado como circuito dependente em relação ao circuito superior, diante de seu processo de transformação e adaptação permanente, causando, uma dependência direta ou indireta do circuito superior (SANTOS, 2008b).

Em suma, a caracterização de cada circuito está diretamente ligada ao modo de organização e o uso de capital e tecnologia em suas estruturas, por exemplo: o circuito superior utiliza tecnologia importada e de alto nível, portanto, uma tecnologia “capital intensivo”, e no circuito inferior “é trabalho intensivo” baseada na adaptação e recriação. Portanto, as características do primeiro e segundo subsistemas, respectivamente, é imitativo e criativo (SANTOS, 2008b, p. 43).

3.3 RELAÇÕES DE TRABALHO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS, COMÉRCIO POPULAR COMO RESISTÊNCIA À ESPOLIAÇÃO URBANA

A produção capitalista ao longo de seu desenvolvimento foi ganhando forma e extensão no mundo diante dos múltiplos usos dos territórios e apropriação dos processos do trabalho, bem como, da concentração e centralização do poder econômico e político dos agentes modeladores para a acumulação de capital.

A relação entre capital e trabalho é muito próxima diante da complexidade inerente ao processo de acumulação de riquezas por parte dos agentes detentores do poder econômico das relações de produção.

Iamamoto (2012, p. 41) afirma,

que o trabalho é também criação de novas necessidades e, nesse sentido, um ato histórico. A ação de satisfazê-las e os instrumentos criados para a sua consecução desdobram-se em novas necessidades sociais e na produção de impulsos para o consumo¹².

¹² De acordo com Milton Santos (2008, p. 37) “a revolução no domínio do consumo foi acompanhada da deformação da estrutura do consumo (Furtado, 1968), acarretando novas formas de produção e de comércio. A escala e as condições das produções dependem dos progressos tecnológicos que vêm dos polos.”

Diante do exposto, entendemos que o trabalho é inerente ao ser humano, portanto, essencial para a reprodução da vida social, política, cultural, econômica do grupo social. Entretanto, sabendo desta condição vital, as relações que são constituídas entre os diversos sujeitos na esfera da produção, estão alicerçadas na utilização desta condição para a reprodução do sistema vigente e não em oferecer cidadania aos sujeitos, exemplo desta relação existente, são as inúmeras formas de incentivo ao consumo voraz e ao desperdício¹³, por meio da publicidade e do *marketing*, diante da superprodução que o mundo alcançou.

Marx (2017, p. 255) ao discutir sobre o processo de trabalho e o processo de valorização, escreve:

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada.

A relação de apropriação do trabalho nos moldes das relações capitalistas engendradas no atual período se dá por meio de novas formas de precarização do trabalho no mundo. Tal apropriação encontra-se presente tanto na produção do circuito superior quanto no circuito inferior da economia urbana¹⁴ conforme descrito por Milton Santos.

Santos (2008b, p. 40) ao estudar as relações dos circuitos define,

¹³ “A necessidade imperiosa de reduzir tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que a “qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e podem ter uma reposição ágil no mercado.” (ANTUNES, 2009, p. 52).

¹⁴ Em momento anterior a publicação da obra “Espaço Dividido” (1976), Milton Santos em 1966 havia falado em “circuito moderno” e “circuito tradicional”. Com base nos avanços dos estudos, tais conceitos foram modificados para “circuito superior” e “circuito inferior”, haja vista, que as primeiras terminologias na concepção do autor trariam ambiguidade e estaria longe de chegar numa conclusão, por isso, a renúncia.

Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não “capital intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão.

A compreensão acerca das relações capitalistas de produção o esforço é de relacionar as múltiplas variáveis que o período requer. É mister afirmar, “cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema” (SANTOS, 2008b, p. 31).

Dessa maneira, não podemos analisar as relações de produção de forma isolada ou individual diante do desenvolvimento em que o sistema capitalista alcançou com suas diversas engenharias ao longo dos séculos. Portanto, concordamos, que para compreender os rebatimentos das relações política e produtiva atuais, o movimento tem que ser de forma integrada exigindo uma análise crítica a partir da materialização do fenômeno no espaço geográfico, ou seja, a partir da análise dos territórios, produto histórico e social.

Santos (2008, p. 43), continua ao analisar os dois circuitos, a saber:

A diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização. O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável.

Assim sendo, as relações de trabalho que são desenvolvidas do âmbito da informalidade apesar de ter suas características próprias conforme exposição de Santos (2008), é um produto das relações oriundas dimensionadas a partir da crise estrutural do capital no atual momento.

Nesse sentido, as relações de trabalho diante da lógica atual de apropriação da mais valia nas diversas cadeias, torna-se cada vez mais excludentes e precárias.

Portanto, o aumento e a consolidação da informalidade em locais que se materializaram na paisagem geográfica de dados centros urbanos é resultado das políticas neoliberais em vigor que repercutem nos territórios de forma rígida e excludente, que por

sua vez, o trabalho nas condições dos comerciantes de rua é uma das formas de sobrevivência no mundo do desemprego.

Castro (2011, p. 235) afirma,

A dimensão política do trabalho tem sido também profundamente afetada. O trabalhador vem perdendo seu poder de barganha frente as possibilidades de deslocamentos da base produtiva e aos avanços tecnológicos poupadores de mão-de-obra. Na luta sindical, a busca de novos patamares de negociação para a preservação do emprego é hoje mais importante que a base salarial. As dificuldades do movimento são agravadas pela crise fiscal que ameaça a parte dos Estados onde uma sólida política de proteção.

Em linhas gerais, percebe-se um Estado salvador dos grandes especuladores em detrimento da classe trabalhadora que padece diante das condições políticas dos lugares. Enquanto isso, o trabalho, elemento fundamental de produção torna-se alvo da lógica de produção cada vez competitiva, na qual exigem uma parcela pouco significativa em termos de números de trabalhadores para o processo de produção (CASTRO, 2011, p. 234).

Isto posto, as diversas formas em que os trabalhadores desempregados encontram para sobreviver, típico das relações do circuito inferior da economia, alicerçadas na criatividade, na reformulação, da perspicácia, que Milton Santos descreveu como flexibilidade tropical, ou seja, a forma como os pobres detém de capacidade de se adaptar as rupturas diante das diversas conjunturas, desempenhando papéis diversos na economia, nesse caso, colocamos o exemplo da informalidade.

A rigor, “o conjunto de fenômenos observados na globalização produtiva tem repercutido intensamente no mundo do trabalho” (COSTA, 2008, p. 131), na qual percebe-se a clara e evidente transformação das relações entre capital e trabalho, seja no âmbito local ou global, no objetivo de estimular o consumo para atender as demandas do sistema econômico capitalista de produção.

Assim, o comércio informal torna-se uma alternativa para aqueles que estão fora da estrutura produtiva fabril, bem como, participam da lógica da produção e consumo materializados no território a partir das relações conflituosas entre os agentes produtores do espaço urbano conforme define Côrrea (1989)¹⁵.

¹⁵ CORRÊA, Roberto Lobato. **O ESPAÇO URBANO**. São Paulo: Ática, 1989.

David Harvey (2005, p. 41), fazendo uma leitura da teoria marxista afirma que a acumulação é a força motriz do capitalismo, com isso, o referido autor corrobora:

O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos.

As constantes transformações no mundo do trabalho, atrelados a dinâmica mundial que repercutem nos territórios, dentro da perspectiva local ou regional se apresentam na lógica da contradição que é inerente ao sistema produtivo ora em vigor.

Com isso, o comércio informal, fruto desta ordem global se apresenta como um produto da ordem econômica e social nos tempos do Neoliberalismo, onde, a precarização do trabalho, da manutenção da ordem para a (re)produção do capital baseado na retirada de direitos e conquistas da classe trabalhadora se faz presente a partir da ocupação de espaços públicos, constituindo assim, nossas relações entre os diversos agentes produtores destes espaços através das relações de poder.

Nesse sentido, Paulo César da Costa Gomes (2014, p. 172) contribui:

Dessa maneira, compreendemos que o arranjo físico das coisas é um agente ativo na realização de determinadas ações sociais e essa ordem espacial é concebida como uma condição para que essas ações se produzam. Isso quer dizer que as práticas sociais são, em certa medida, dependentes de uma dada distribuição ou arrumação das coisas no espaço. [...] De forma resumida, o espaço geográfico é, simultaneamente, o terreno onde as práticas sociais se exercem, a condição necessária para que elas existam e o quando que as delimita e lhes dá sentido.

A partir dos pressupostos elencados por Gomes (2014) entendemos que a concentração como também a territorialização dos espaços públicos para as atividades ligadas ao comércio informal é um reflexo da atual conjuntura econômica em que o mundo perpassa, ou seja, um mundo competitivo, regido por leis e direcionamentos da ordem econômica global que afeta territórios, que por sua vez, criam e reproduzem suas lógicas apresentando assim suas metamorfoses (Fotografia 1).

Fotografia 1 – Comércio de Rua (Passeio Público)



Fonte: Pesquisa de Campo (22/12/2017). **Autor:** FERREIRA, Daniel Nunes.

Gomes (2014, p. 177) afirma,

O adjetivo informal serve para denominar todo ramo de atividade que foge ao controle do Estado e, portanto, da legislação vigente. [...]. Esse chamado setor informal se desenvolve quase sempre nos locais públicos de maior circulação ou de grande valorização comercial e se estabelece como um meio de explorar uma certa atividade sobre uma área que, em princípio, deveria ser de livre acesso a todos. O livre acesso pressupõe a não-exclusividade de ninguém ou de nenhum uso diferente daqueles que são os de interesse comum. Na prática, no entanto, o que ocorre é uma apropriação desses espaços.

Apesar que a atividade informal se encontra alicerçada no entendimento do circuito inferior da economia urbana, entende-se que este circuito se encontra dentro da lógica da produção que tende a estimular o consumo, base para a reprodução do capital.

A rigor, as transformações de cunho produtivo e tecnológico causa o efeito direto no mercado de trabalho que afeta inúmeros trabalhadores, gerando por sua vez o subemprego ou o desemprego, que na concepção de Harvey (2014, p. 45) “essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas consequências humanas” (Fotografia 2).

Fotografia 2 – Comércio de Rua (Ponto de Transporte Público)



Fonte: Pesquisa de Campo (22/12/2017). **Autor:** FERREIRA, Daniel Nunes.

Em última análise, diante da discussão acerca do uso do território no bairro Alecrim, dentro da perspectiva do comércio informal, é lícito a formulação e aprofundamento de estudos que possibilitem a reflexão acerca da cidade, indagando quais caminhos que devem-se ser traçados em busca da qualidade de vida nos diferentes espaços, como bem coloca Santos (2009a, p. 20), “podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana”.

4 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BAIRRO ALECRIM

Localidade conhecida por muitos natalenses e potiguares, o Alecrim evidencia a essência da dinâmica urbana que lhe é característico. A então localidade distante do perímetro urbano de Natal em meados do século XIX com feições bucólicas na sua configuração, em dias atuais, se apresenta de modo articulado e integrado as demais regiões do município do Natal.

Dessa forma, este capítulo tem por objetivo apresentar o processo de desenvolvimento urbano do Alecrim, assim como, discutir a sua importância no contexto econômico da capital potiguar.

4.1 O BAIRRO ALECRIM NA CIDADE DO NATAL

Com uma área territorial de 168,53 km², aproximadamente, o município do Natal, capital política e administrativa do estado do Rio Grande do Norte, encontra-se localizado geograficamente na latitude 5° 47' 42" (S) e na longitude 35° 12' 34" (W), tendo como referência o Meridiano de *Greenwich*. Com relação aos limites administrativos, o território municipal tem como área limítrofe ao Norte (N) o município de Extremoz, ao Sul (S) o município de Parnamirim, a Leste (E) o Oceano Atlântico e, a Oeste (W) os municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante.

Devido sua importância ao longo da história na formação territorial do estado, Natal desponta também liderança em diversos aspectos, inclusive, na centralização econômica e de serviços, possuindo assim, o rótulo de cidade-polo da Região Metropolitana que leva seu nome, junto com os seguintes municípios: Arês, Ceará-Mirim, Goianinha, Ielmo Marinho, Maxaranguape, Monte Alegre, Nísia Floresta, São José de Mipibú e Vera Cruz, além dos municípios elencados no parágrafo anterior.

Quanto a organização territorial, Natal possui um ordenamento político administrativo de acordo com as diretrizes elencadas na Lei Ordinária n.º 3.878/1989, que divide o território em quatro (4) Regiões Administrativas, subdivididas em unidades de planejamento denominadas bairro desde o ano de 1994 por meio do Plano Diretor

promulgada naquele ano¹⁶. Desse modo, a área do município encontra-se dividida territorialmente em trinta e seis (36) bairros¹⁷.

O bairro Alecrim, recorte espacial deste ensaio, encontra-se localizado na Região Administrativa Leste de Natal. De acordo com as informações da Prefeitura da cidade, o Alecrim foi criado no ano de 1911, tendo seus limites oficializados por meio da Lei n.º 251/1947 (ANUÁRIO NATAL, 2015), que por sua vez, foram alterados na Lei n. 4.328/1993¹⁸.

O processo de ocupação e desenvolvimento do futuro bairro Alecrim, foi lento e gradativo, seguindo o ritmo da cidade como um todo. “O cais do Sertão, como assim foi denominado o bairro do Alecrim, teve sua região ocupada muito tempo antes do 23 de outubro de 1911” (ALVEAL, 2011, p. 17). As terras que hoje abrangem o bairro, foram ocupadas inicialmente por residências humildes de cidadãos vindos do interior do estado em busca de melhoria da qualidade de vida, como pode ser analisado a seguir:

O Alecrim em sua origem caracterizava-se, por ser uma região de pouca habitação, com granjas e casebres de taipas, constituindo ao passar do tempo, num núcleo habitacional formado por famílias humildes, em sua maioria imigrantes, em busca da sobrevivência. O nome, relata Cascudo (1999) tem sua origem no Alecrim, cultivado por uma bondosa senhora que ofertava um ramo desta planta a todos os cortejos fúnebres que passavam por sua porta. (ANUÁRIO NATAL, 2015, p. 153).

Com isso, ao longo dos anos, o poder público por meio de suas ações institucionais promulgou diversas leis que garantissem o parcelamento do solo urbano, bem como, projetos de ordenamento urbano para acompanhar o processo de crescimento urbano da localidade.

Sabe-se que a localização do bairro no pretérito serviu de ligação para as áreas do interior do estado do Rio Grande do Norte, como também, era local ideal para fixação que culminou na expansão da cidade no último quartil do século passado.

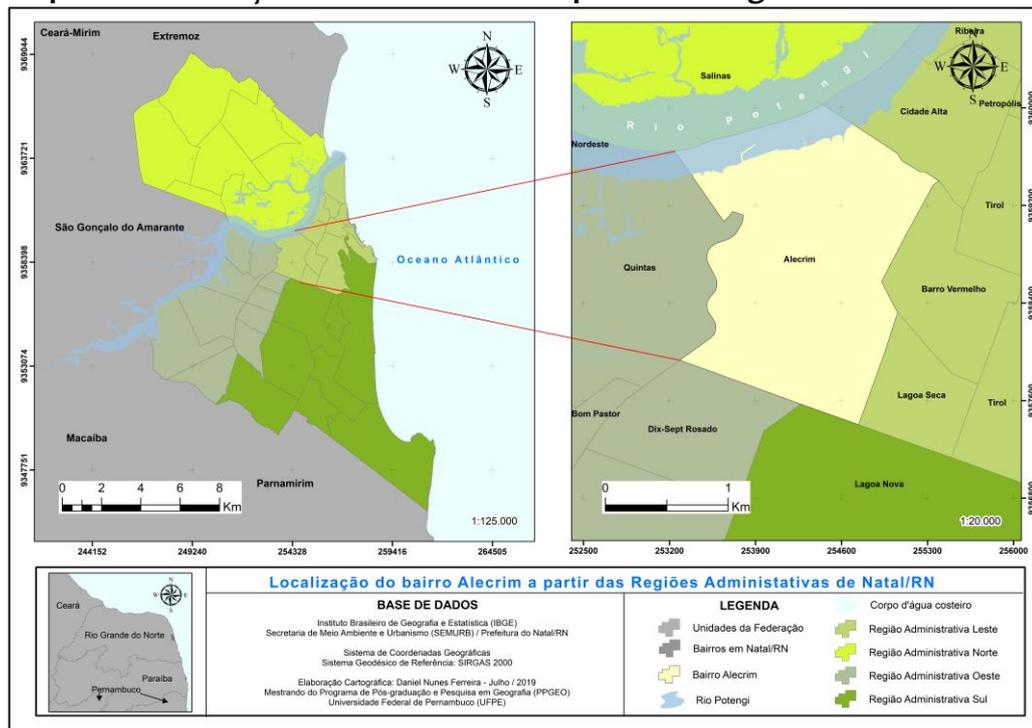
¹⁶ Lei Complementar n.º 7, de 5 de agosto de 1994 – Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências.

¹⁷ Região Administrativa Norte: sete (7) bairros; Região Administrativa Sul: sete (7) bairros; Região Administrativa Leste: doze (12) bairros e, Região Administrativa Oeste: dez (10) bairros.

¹⁸ Os limites administrativos atuais do bairro Alecrim são: Norte – rio Potengi e bairro Cidade Alta; Sul – bairros Lagoa Nova e Dix-Sept Rosado; Leste – bairros Barro Vermelho e Lagoa Seca e, Oeste – bairro Quintas. Para maiores esclarecimentos, fazer a leitura do mapa 1.

De acordo com sua posição territorial, o Alecrim torna-se um local de convergência, visto que, uma quantidade significativa de linhas de transporte público urbano transita pelo bairro com destino a diversas áreas da cidade, em especial, as regiões Oeste e Norte (Mapa 1). Tal importância é dada, devido, a quantidade de empreendimentos públicos e privados de oferta de serviços, além, do comércio presente por todo o bairro.

Mapa 1 – Localização do bairro Alecrim a partir das Regiões Administrativas



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2019).

No atual período o bairro encontra-se adensado, trazendo para o poder público e a sociedade, inúmeros desafios tanto de ordem urbana, como, de ordem social. De acordo com os dados oficiais da Prefeitura do Natal (ANUÁRIO NATAL, 2015), o Alecrim possui 344,73 ha em sua área territorial, abrangendo 8.646 domicílios particulares permanentes. Vale ressaltar que a população no referido bairro vem diminuindo (Tabela 1), de acordo com os censos demográficos realizados nos anos 2000 e 2010, entretanto, os problemas de ordem urbana são contínuos no dia a dia do local, tais como: trânsito caótico, poluição urbana, impermeabilização do solo, falta de padrão urbanístico nos logradouros públicos, a exemplo do passeio público, e aumento do comércio informal nas calçadas, objeto de análise deste trabalho.

Tabela 1 – População do bairro Alecrim – Natal/RN entre 2000 / 2010

Censos Demográficos			
2000		2010	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
14.381	17.975	12.947	15.758
32.350		28.705	

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), 2015.

O bairro Alecrim representa para os natalenses um símbolo de memória e história. O referido bairro se configura para muitos como um lugar, local de descobertas e desafios que ao longo do tempo foram construídos e materializados quer seja na memória ou através das relações territoriais inerentes ao processo de produção espacial, a exemplo, as relações comerciais enraizadas que até os dias atuais é apresentado na paisagem urbana como um elemento material visível que está em constante transformação, dada a condição do atual período em que a sociedade e o bairro encontram-se inseridos.

No que tange ao desenvolvimento urbano, o bairro caracteriza-se como uma área em que seu uso e ocupação do solo é destinado para as atividades comerciais urbanas, bem como, uso residencial.

De acordo com o macrozoneamento do Plano Diretor de Natal – Lei Complementar n.º 82, de 21 de junho de 2007¹⁹, o Alecrim está inserido na Zona Adensável do Município. Portanto, de acordo com a lei em tela, tem-se

Art. 11 – Zona Adensável é aquela onde as condições do meio físico, a disponibilidade de infraestrutura e a necessidade de diversificação de uso, possibilitem um adensamento maior do que aquele correspondente aos parâmetros básicos de coeficiente de aproveitamento.²⁰ (PREFEITURA DO NATAL, p. 6, 2007).

Dessa forma, o bairro para atender as demandas sociais e econômicas que são exigidas, necessita de uma cobertura de serviços públicos essenciais para o seu desenvolvimento. Nesse contexto, de acordo com a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura (SEMOV), a unidade administrativa possui uma cobertura em sua

¹⁹ Por força de lei, o referido plano diretor neste ano de 2019 está passando por revisão.

²⁰ No artigo décimo do Plano Diretor do Município do Natal explica que o coeficiente de aproveitamento básico para todos os usos nos terrenos contidos na Zona Urbana é de 1,2 (um vírgula dois).

drenagem e pavimentação em 95% no oferecimento destes serviços (ANUÁRIO NATAL, 2017).

Outra característica importante a ser analisada, são as condições do entorno dos domicílios. No quadro 3 são expostos os dados oriundos do Censo Demográfico ocorrido em 2010, apresentando as características urbanísticas do bairro.

Quadro 3 – Características do entorno no bairro Alecrim

Característica	Existe (%)	Não existe (%)
Identificação de logradouro	69,43	30,57
Iluminação pública	99,03	0,97
Pavimentação	94,50	5,50
Calçada	98,07	1,93
Meio-fio / Guia	95,38	4,62
Bueiro / Boca-de-lobo	61,29	38,71
Rampa para cadeirante	2,80	97,20
Arborização	54,62	45,38
Esgoto a céu aberto	36,80	63,20
Lixo acumulado nos logradouros	1,85	98,15

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) / Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), (p. 300, 2017).

Diante do exposto, as características compiladas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que o bairro possui alguns avanços, como também, alguns retrocessos, apresentando significativa cobertura na pavimentação, iluminação pública e arborização, contudo, áreas essenciais para a saúde humana são contempladas de forma incompleta, por exemplo, bueiro e/ou boca-de-lobo e, cobertura de esgoto diretamente associados, são índices negativos alarmantes.

Vale destacar que o Alecrim de acordo com dados do último Censo Demográfico (2010), apresentou uma população de 28.705, onde, 15.758 sendo pessoas do sexo feminino e, 12.947 pessoas do sexo masculino, representando respectivamente, 55% e 45% do total.

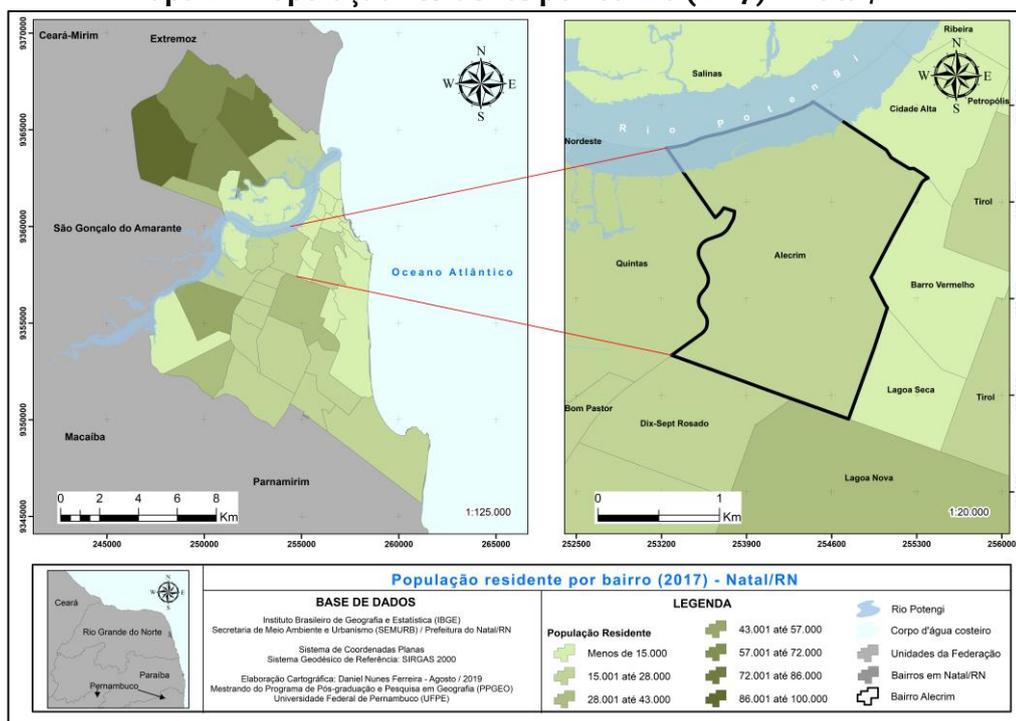
Quadro 4 – Produção diária estimada de lixo domiciliar na Região Administrativa Leste – 2017

Bairro	População atendida	Produção diária de lixo domiciliar (tonelada)
Alecrim	25.671	34,87
Areia Preta	4.958	6,73
Barro Vermelho	11.274	15,31
Cidade alta	7.459	10,13
Lagoa Seca	4.817	6,54
Mãe Luiza	14.035	19,06
Petrópolis	5.782	7,85
Praia do Meio	5.331	7,24
Ribeira	2.249	3,05
Rocas	10.208	13,86
Santos Reis	4.693	6,37
Tirol	16.911	22,97

Fonte: Companhia de Serviços Urbanos de Natal (URBANA) / Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), (p. 125, 2017).

Outro dado importante neste contexto é a produção de lixo domiciliar na região administrativa no qual o bairro faz parte levando em consideração a população que reside no bairro (Mapa 2). As informações públicas mostram que o Alecrim é o bairro que produz a maior quantidade de resíduos na região política-administrativa, representando 22,65% para a região citada.

Mapa 2 – População residente por bairro (2017) – Natal/RN



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2019).

A partir dos dados apresentados fica evidente a importância de projetos estruturantes por meio do poder público, na garantia do pleno desenvolvimento urbano cujo objetivo é oportunizar aos cidadãos qualidade de vida e ordenamento territorial, que contemple os diversos usos da ocupação do espaço alecrinense.

4.2 A CENTRALIDADE DO BAIRRO ALECRIM

Corrêa (2011, p. 121) afirma que na ótica de Harvey, “a cidade pode ser considerada, como a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico.”.

Assim sendo, serão apresentados alguns caminhos que indiquem o Alecrim enquanto local de centralidade urbana no município do Natal. Alertamos, a apresentação que será feita terá um caráter sucinto.

Castells (2014) dá orientações para o entendimento sobre a questão da centralidade enquanto fenômeno, a partir da concepção que o centro urbano e a cidade são produtos, oriundos da ação social e da estrutura que a dinâmica se encontra alicerçada.

Ademais, o autor vai indicar exemplos de centralidade. Assim, correlacionando as ideias do teórico na tentativa de se aproximar com objeto investigado, iremos nos pautar nas concepções econômicas da centralidade.

Em passagens anteriores deste trabalho tivemos a oportunidade em reafirmar a ideia que a cidade é uma expressão de um sistema organizado de produção, onde há a oportunidade da força de trabalho se reproduzir com vistas a gerar lucros para os detentores dos meios de produção.

Entendendo a cidade enquanto elemento integrado a uma lógica externa, Corrêa (2011, p. 121) vai afirmar que “[...], a metrópole moderna constitui-se em importante local de acumulação capital e onde as condições para a reprodução da força de trabalho podem mais plenamente ser realizadas.”. Ele consolida o raciocínio afirmando que a organização espacial da metrópole, vai ser possível graças três (3) elementos: forma, movimento e conteúdo no espaço urbano.

É preciso ressaltar que a dinâmica no contexto da cidade é reflexo das ações dos diferentes atores que constituem estes relacionamentos no território em seus diversos e múltiplos usos.

Neste sentido, Castells explica,

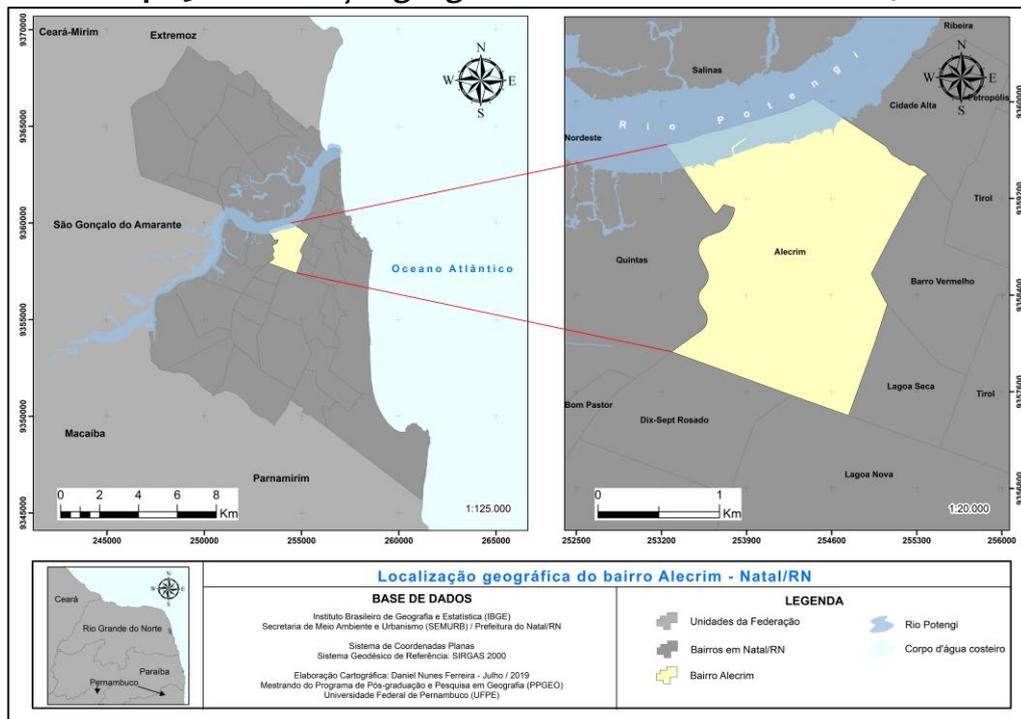
Com relação ao nível **econômico**, a centralidade exprime uma certa correlação dos diferentes elementos econômicos da estrutura urbana (produção, consumo, troca) [Tais elementos foram expostos no Esquema 1] bem como as relações internas de cada elemento. Trata-se então de um conjunto de processos incluídos na problemática dos **translados** na estrutura urban. (CASTELLS, 2014, p. 315, grifo do autor).

Isto posto, o município do Natal possui várias centralidades diante das dinâmicas que estão postas a partir da estrutura urbana montada, para atender aos diferentes tipos de consumo. A centralidade dos serviços voltados para a estrutura turística pautada no *marketing* do “turismo de sol e mar” nas praias urbanas, em especial, localizadas na Região Administrativa Sul é uma expressão do quanto o território da cidade é dinâmico.

Portanto, acreditamos na ideia que o bairro Alecrim exerce centralidade em determinados serviços e produtos que são encontrados no bairro de forma específica, em termos de preços e variedades, por exemplo. E um fator que corroboramos para justificar a centralidade exercida pelo bairro na cidade e nas áreas adjacentes, é a localização

geométrica desta unidade territorial no plano físico conforme pode ser visualizado no mapa 3.

Mapa 3 – Localização geográfica do bairro Alecrim – Natal/RN



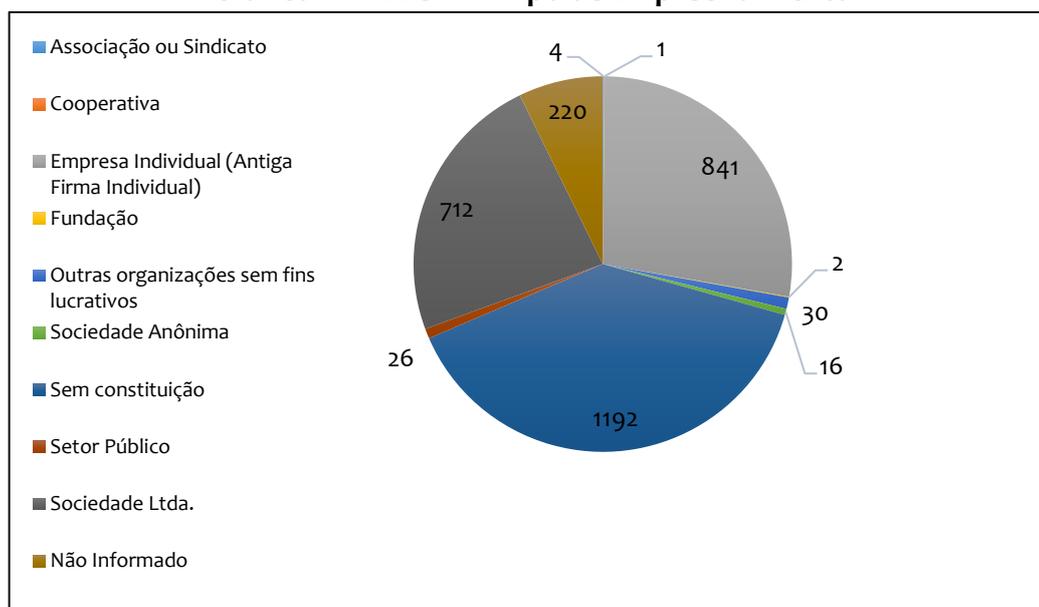
Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2019).

Conforme dito, o Alecrim é um bairro que contempla variados segmentos da economia que são responsáveis por manter a tradição do bairro como uma área comercial sólida e consolidada.

Partindo desta análise, a primeira característica que é apresentada é a diversidade no que tange a situação jurídica dos empreendimentos. De acordo com as informações compiladas os tipos de empreendimentos de maior expressividade são aqueles que não possuem um regime jurídico definido com 39,16%, em seguida a empresa individual com 27,63% dos casos e, por último, estabelecimentos enquadrados como sociedade limitada atingindo 23,39%.

Dessa maneira, o bairro contempla 1192 unidades do tipo “Sem constituição”; 841 unidades do tipo “Empresa Individual” e, por último, 712 unidades do tipo “Sociedade Ltda, respectivamente, em conformidade com o gráfico 1.

Gráfico 1 – ALECRIM: Tipo de Empreendimento



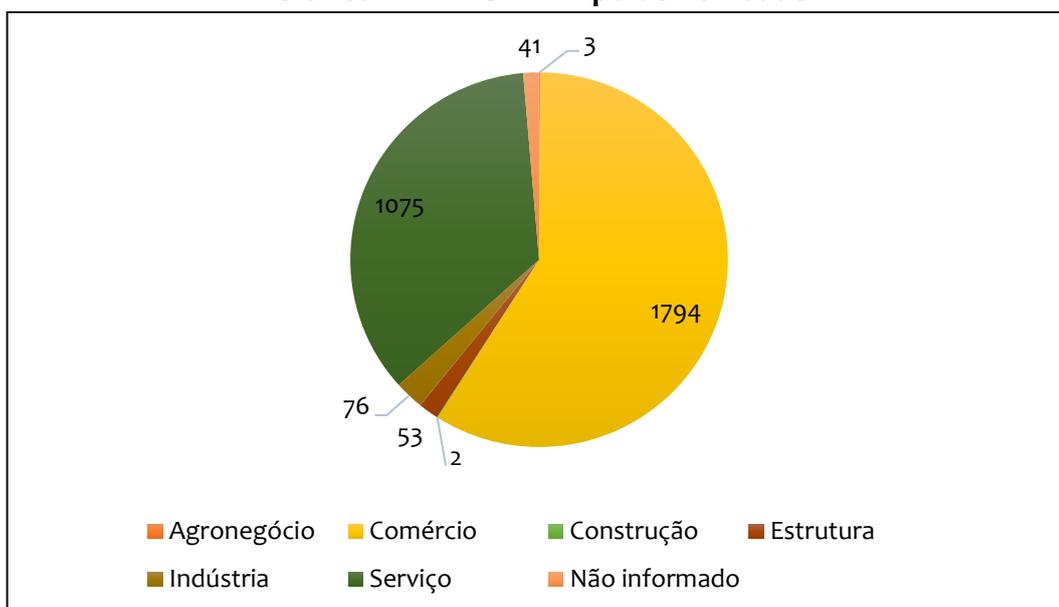
Fonte: Prefeitura do Natal a partir dos dados do Cadastro Empresarial do Rio Grande do Norte (SEBRAE) / RN – 2010²¹.

Continuando com a caracterização e influência dos serviços para a centralidade do Alecrim, onde também concentra uma variedade de segmentos comerciais que estão reunidos nas principais avenidas do bairro²², apresentar-se-ão os dados referentes aos segmentos comerciais.

²¹ Para acessar o documento na íntegra, consultar – disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-1168.html>. Acesso em: 2 set. 2019.

²² Para maiores detalhes a respeito da diversidade comercial no bairro Alecrim, vide: Anexo A – Classificação dos Empreendimentos.

Gráfico 2 – ALECRIM: Tipo de Atividade



Fonte: Prefeitura do Natal a partir dos dados do Cadastro Empresarial do Rio Grande do Norte (SEBRAE) / RN – 2010²³.

A partir dos dados reunidos, a respeito do tipo de atividade, conforme já esperávamos, as áreas mais expressivas no bairro estão ligadas a atividade do comércio, representando 58,94% de atuação e, o serviço cujo percentual é de 35,32%.

Como se pode ver, os segmentos acima citados, representam 1794 estabelecimentos considerados do ramo do “Comércio” e, 1075 ligados ao ramo do “Serviço”, consoante ao gráfico 2.

Com isso, corroborando com os dados recém apresentados, Castells (2014) a respeito da centralização, afirma o que caracteriza uma área central é a concentração das principais atividades ligadas ao comércio e aos serviços.

Com efeito, diante das informações apresentadas, nota-se a diversidade das atividades comerciais que atuam no Alecrim, possibilitando dinamicidade para a Região Administrativa Leste, conseqüentemente para o próprio bairro, cuja parcela de arrecadação de impostos o erário municipal também é beneficiado diante da comercialização.

²³ Para acessar o documento na íntegra, consultar – disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-1168.html>. Acesso em: 2 set. 2019.

5 TERRITORIALIDADES DO COMÉRCIO INFORMAL NO ALECRIM

Após o percurso teórico desenvolvido nos capítulos antecedentes, na sequência será apresentado o quarto e último capítulo deste estudo, cujo foco é a apresentação dos dados empíricos oriundos da pesquisa de campo e, as correlações com o fenômeno ora investigado.

Desse modo, para alcançar o que se propõe, esta seção está dividida em três unidades, a saber: 4.1 Territorialidades e relações de poder no bairro Alecrim; 4.2 As redes do comércio informal no Alecrim e, 4.3 Resistências e convivência no espaço de comércio popular.

Destaca-se, a importância de alertar ao leitor, durante o desenvolvimento deste capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, por entender que o detalhamento dos recursos técnicos aplicados, a rigor, serão imprescindíveis para a compreensão do objeto de estudo.

Assim sendo, este capítulo por ter um caráter empírico, com efeito, é salutar a indicação da metodologia empregada nesta pesquisa, durante a discussão que será apresentada nesta seção.

5.1 TERRITORIALIDADES E RELAÇÕES DE PODER NO BAIRRO ALECRIM

Santos e Silveira (2011) conforme exposto no capítulo dois (2) salientam que o estudo do território não deve levar em consideração ao território em si, e sim, o uso que é realizado a partir da dinâmica que é inerente as relações sociais.

Constata-se que autores como Raffestin (1993); Santos, Souza e Silveira (1998); Sposito (2004); Santos (2007) e, Santos e Silveira (2008), denotam que a ação enquanto instrumento político do homem para a realização das necessidades coletivas, é o que dá significado a forma e a utilização daquele espaço apropriado de acordo com o tempo, portanto, histórico.

Em outros termos,

A partir deste ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, **que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política.**

[...].

Dessa maneira, defrontamo-nos com o território vivo, vivendo. Nele, devemos considerar os fixos, isto é, o que é imóvel, e os fluxos, isto é, o que é móvel. [...]. O território revela também as ações passadas e presentes, mas, já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre qual ela se exerce, e por isso uma ação não pode ser entendida sem a outra. (SANTOS e SILVEIRA, p. 247-248, 2008, grifo nosso).

Nesse sentido, a atual configuração territorial do bairro Alecrim é produto da dinâmica histórica da cidade ao longo das décadas. Como resultado de eventos externos²⁴ e ações governamentais²⁵, a localidade conhecida por ter aspectos rurais e não integrada ao núcleo urbano da cidade na época, foi ganhando novos arranjos a partir do processo de desenvolvimento da própria cidade.

Souza descreve de forma precisa o Alecrim em seus primórdios:

Por ordem cronológica, o Alecrim é o quarto bairro da capital potiguar. Em ritmo muito lento, começou a ser povoado no final do século XIX, porém, é importante ressaltar que o seu nome não apareceu no recenseamento feito, em Natal, em 1897. Naturalmente, era, naquela época, um arrabalde de pouquíssimas casas.

[...].

Com o avanço acelerado do povoamento do Alecrim nas décadas de 40, 50 e 60, esta paisagem bucólica foi inteiramente transformada com a abertura de ruas, travessas, construção de casas e de vilas nos quintais das habitações mais pobres. (SOUZA, p. 515 e 519, 2008).

Saquet ao discutir as ideias em torno do conceito de território expõe a ideia que o “território é entendido como recortes (local, regional e nacional), circulação de informações, localização, isto é, como espacialidade em constante transformação, sobretudo, em virtude do processo de mundialização do capital.” (SAQUET, 2015, p. 136).

²⁴ Nas palavras de Souza (2008, p. 545) “a II Guerra Mundial acarretou muito progresso para o bairro do Alecrim e deixou marcas bem visíveis ainda hoje. Nós nos referimos, sobretudo, à construção da Base Naval, assim com à edificação de Vilas para os marinheiros.”

²⁵ No que se refere as ações da gestão pública, dentre várias, destacamos: criação de três (3) ruas em 10 de agosto de 1908; oficialização do bairro em 23 de outubro de 1911 com seus limites administrativos definidos em lei; construção do cemitério público; construção de mercados públicos; desenvolvimento de planos urbanísticos etc.

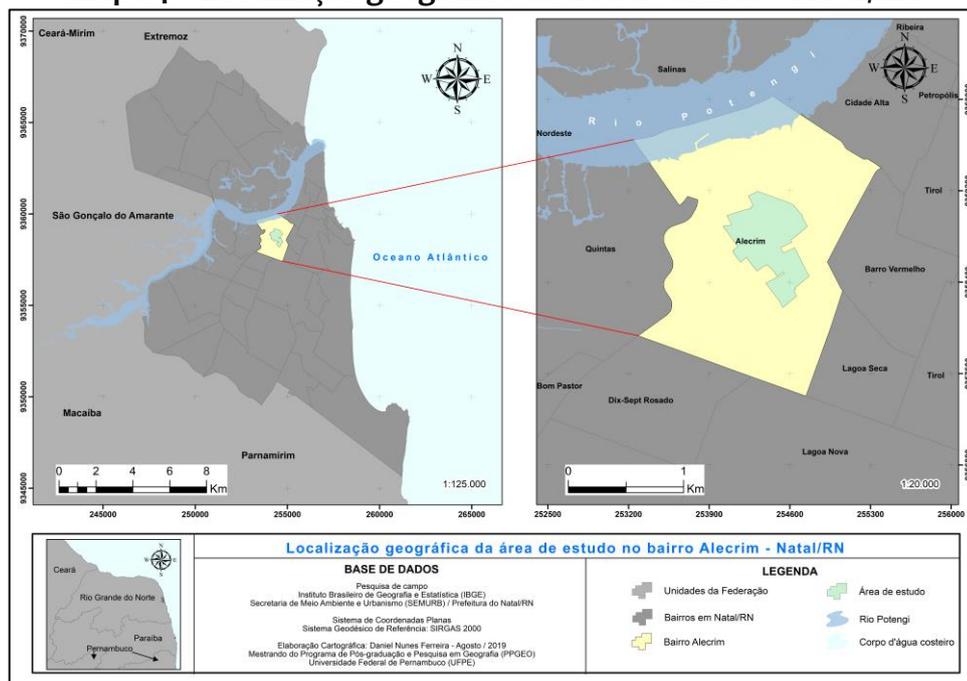
Portanto, as mudanças e os novos arranjos em que o bairro teve em seu seio, foram oriundos de processos políticos e econômicos que repercutiram no processo de desenvolvimento urbano de Natal, consequentemente, no Alecrim.

Como resultado, o bairro conforme já explícito no capítulo anterior, possui uma importância econômica para o município devido a presença de firmas dentro dos limites administrativos.

Analogamente, as atividades caracterizadas dentro do perfil do circuito inferior da economia urbana, estão pautadas em uma lógica racional de apropriação e uso de determinados territórios no bairro em tela.

É de salientar, que o foco da pesquisa baseia-se na dinâmica comercial a partir da apropriação e uso do passeio público pelos trabalhadores informais.

Mapa 4 – Localização geográfica da área de estudo – Natal/RN



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2019).

A representação cartográfica supracitada (Mapa 4) tem a finalidade de apresentar a delimitação da área de estudo, consequentemente, expõe a área de abrangência e influência do comércio popular no bairro Alecrim. Em suma, a referida área de estudo

possui 39,38 hectares²⁶ representando 12,72% da área total do bairro Alecrim que contém 309,37 hectares²⁷.

A compreensão dos fenômenos espaciais tem por premissa a análise da paisagem. Em termos metodológicos, esta pesquisa pautou nesta perspectiva para a delimitação da área de estudo, bem como, na percepção dos elementos envolvidos na localidade foco da investigação. Durante as visitas de campo, foi possível a identificação, localização e, por último, mapeamento dos trabalhadores que utilizam do passeio público para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas.

Em conformidade com as ideias de Saquet,

O território, [...], é compreendido como área controlada e delimitada por alguma autoridade, como resultado das estratégias de influência que ocorrem individualmente ou através de grupos sociais. [...]. Ao mesmo tempo, Robert Sack afirma que os limites de um território podem mudar, isto é, não são inalteráveis (SAQUET, 2015, p. 84).

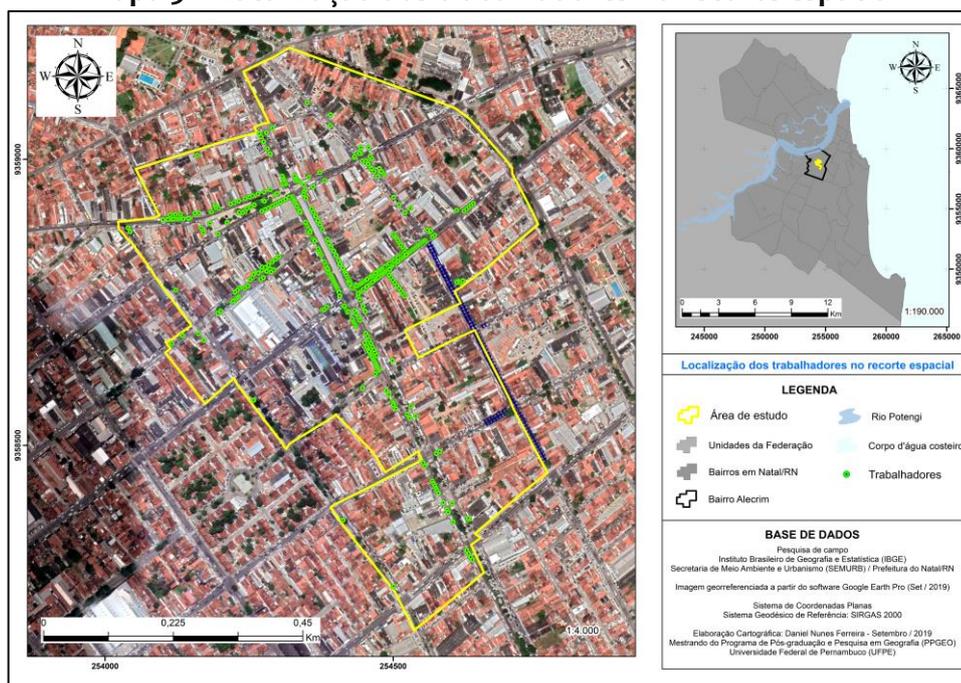
A partir das ideias apresentadas, pôde ser visto *in loco* que a dinâmica deste território é evidente diante da mobilidade em que os trabalhadores proporcionam no cotidiano. Percebeu-se durante as pesquisas de campo, que a área de abrangência no qual buscou-se definir, sofreu modificações diante da flexibilidade da localização dos trabalhadores nas franjas do polígono delimitado.

Contudo, para fins de prosseguimento na pesquisa, foi preciso delimitar uma determinada área, levando em consideração a localização dos comerciantes e, para fins de padronização no recorte espacial, respeitou-se os limites das faces de quadras determinadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme exposição no mapa 5.

²⁶ Representa 39,38 m².

²⁷ Representa 3,09 km².

Mapa 5 – Localização dos trabalhadores no recorte espacial



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2019).

Retomando a ideia de Santos e Silveira (2008) acerca da ação enquanto possibilidade da realização humana, caráter intrínseco aos sujeitos sociais, ambos afirmam que “[a]s configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas.” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 248).

Entende-se por configuração territorial o grupo de elementos que formam os recursos naturais, como também, o grupo de elementos artificiais, reunidos enquanto sistema. Em outras palavras, os objetos que constituem da configuração do território fazem parte de um todo, ou seja, a compreensão da totalidade é possível diante da percepção integrada dos elementos a partir da dinâmica da sociedade. (SANTOS, 2008).

De acordo com Sack a territorialidade possui três âmbitos, a saber: a) a classificação ou definição de área; b) a comunicação (equivale às redes) e, c) uma forma de controle social (relações de poder) (SAQUET, 2015, p. 84).

Quanto ao primeiro aspecto elencado pelo autor citado, a pesquisa de campo revelou a materialização da territorialidade a partir da área de abrangência que fora delimitada a partir do reconhecimento *in loco* dos trabalhadores diante de sua rotina no bairro.

Conforme visto no capítulo 2, a noção de territorialidade compreende um conjunto de relações entre sociedade, espaço e tempo. Como resultado, as relações são constituídas entre os agentes é gerada enquanto processo a partir da troca e/ou comunicação (RAFFESTIN, 1993). Como se pode ver, este pensamento vem reforçar o que foi descrito por Sack ao definir o segundo aspecto da territorialidade, isto é, a comunicação.

Constata-se, de acordo com os levantamentos realizados, um dos elementos essenciais para a definição do território apropriado pelos trabalhadores informais, encontra-se na tipificação do uso daquele espaço por estes agentes (Quadro 5).

Quadro 5 – Situação funcional dos trabalhadores em relação ao uso do território²⁸

Situação funcional	Com possibilidade de mobilidade	Não possui mobilidade
Passeio público (calçada)	Desmontável	Cigarreira / Box
Meio-fio	Desmontável	Com apoio de veículo
		Com apoio de carrinho
Canteiro central	Desmontável	Cigarreira / Box

Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2017). **Fonte:** Pesquisa de campo.

Em resumo, o uso do território a partir da condição do movimento, os dados apresentaram para a possibilidade de mobilidade as seguintes informações: desmontável – 37%, desmontável com apoio de veículo – 2,56% e, desmontável com apoio de carrinho – 0,92%, dito de outro modo, 202, 14 e 5 comerciantes distribuídos no território, respectivamente. Quanto a não possibilidade de mobilidade, os dados apresentaram os seguintes parâmetros: box – 49,08% e cigarreira – 9,89%, isto é, 268 e 54 comerciantes espalhados na área em estudo.

Portanto, a distribuição e localização dos trabalhadores presentes no recorte espacial definido, em nossa ótica pode-se considerar como um estágio preliminar de compreensão acerca das relações de poder presentes naquele território.

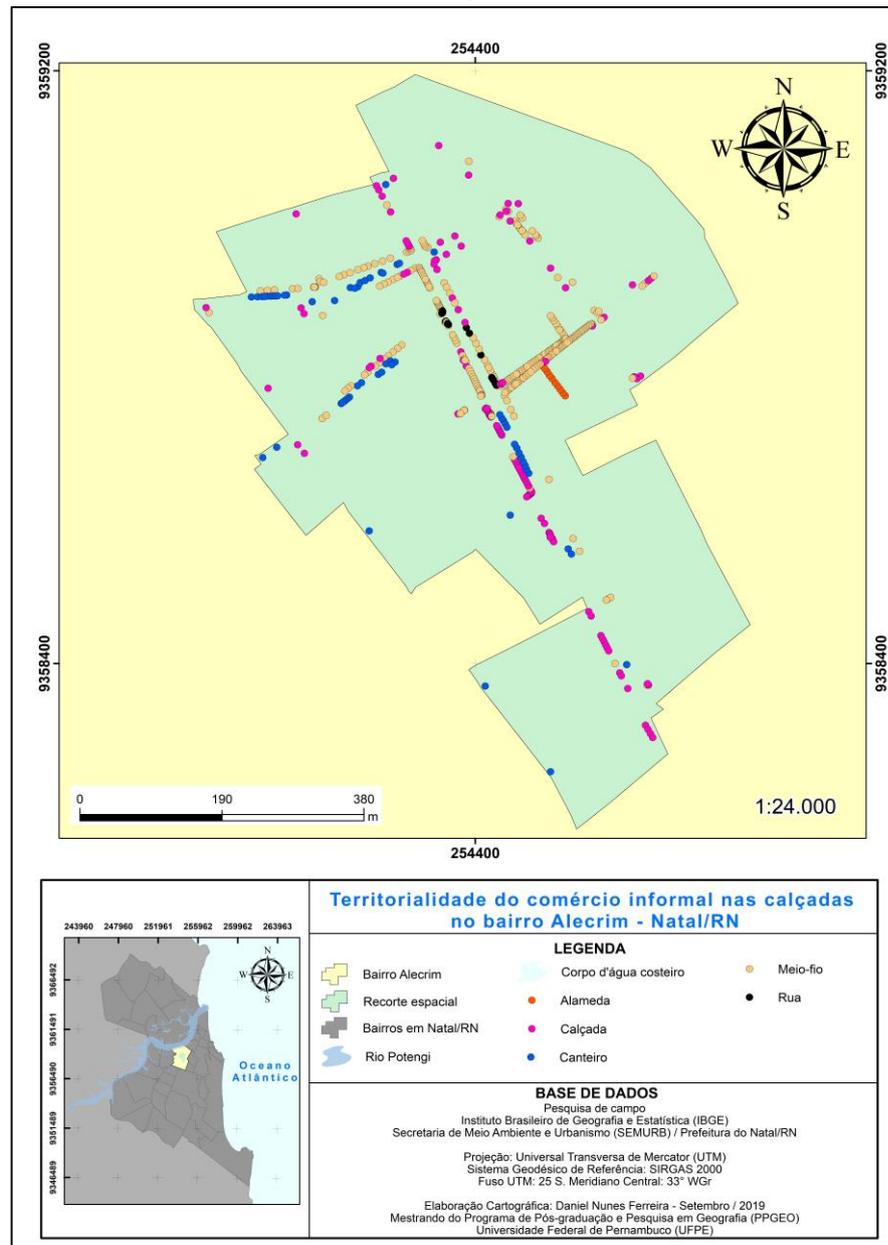
²⁸ Para fins de ilustração e entendimento da caracterização dos itens constantes no quadro 5, verificar os apêndices E e F.

Salienta-se que o exercício do poder, conforme já dito neste capítulo, é exercido a partir do grupo²⁹ como relembra Hannah Arendt, portanto, a forma de controle social deste grupo sobre a área de estudo, que Sack exemplifica como as relações de poder, se apresenta a partir das relações entre os diversos agentes nas redes constituídas, através do quadro da produção, da troca e do consumo, logo, a materialidade se apresenta (RAFFESTIN, 1995).

Ficou evidenciado através dos dados quantitativos que o uso do espaço público por parte dos trabalhadores está concentrado no meio-fio e passeio público, logo, reafirma o propósito desta pesquisa. Portanto, para fins de representação e noção espaciais, o mapa abaixo possibilitará a visualização da territorialidade do comércio informal nas calçadas.

²⁹ “O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido.”. (ARENDR, 1985 *apud* SOUZA, 2016, p. 80).

Mapa 6 – Territorialidade do comércio informal nas calçadas no bairro Alecrim – Natal/RN



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2019).

Face ao exposto, dos 546 trabalhadores distribuídos no que tange a sua localização e o uso do território (Mapa 6), o universo dos dados estão representados da seguinte maneira, a saber: passeio público – 23,26%, canteiro central (paradas de ônibus que dividem a avenida e praças públicas) – 11,72% e meio-fio – 60,26%, contemplam 127, 64 e 329 comerciantes, respectivamente. Por fim, alameda – 1,83% e a rua – 2,93%, reuniram juntas 26 trabalhadores (Quadro 5).

Assim, a configuração territorial do comércio popular não encontra-se isolada da exterioridade, em outras palavras, a organização deste comércio encontra-se inserida na lógica de produção vigente. Portanto, “[c]onceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse.” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). Com o propósito de evidenciar a dinâmica inerente as relações que são constituídas no território inserido no bairro Alecrim, a próxima seção discorrerá sobre os fluxos do mercado informal.

5.2 AS REDES DO COMÉRCIO INFORMAL NO ALECRIM

Primeiramente, antes da discussão em torno do tema principal, faz necessário elencar e descrever o desenvolvimento metodológico realizado para a coleta de informações na área de estudo desta pesquisa, cujos dados serão utilizados nesta seção.

Após a localização e mapeamento da distribuição dos trabalhadores na área de estudo delimitada a partir da influência exercida por estes agentes, recorreu-se aos métodos estatísticos a fim de alcançar uma amostra da população alvo.

Diante das observações realizadas em campo e das dificuldades encontradas para o desenvolvimento da pesquisa, a escolha de um método estatístico correlacionada aos interesses geográficos, foi necessária para o alcance satisfatório dos objetivos elencados.

Assim, a metodologia escolhida para atender a dimensão espacial da pesquisa foi a Amostragem por Conglomerados (cluster) em dois estágios, a partir da Amostra Aleatória simples (AAS), este último, utilizado tanto para a definição das áreas quanto para a seleção da amostra³⁰ da população³¹.

Por consequência, a literatura expõe que a escolha através da AAS não é rígida, ou seja, pode ser criado critérios através de escolha aleatória da amostra, em outras palavras, pode ser realizado por meio de um sorteio.

Continuando, antes da definição dos conglomerados selecionados, foi realizado o mapeamento das áreas dos polígonos respeitando os limites das quadras de acordo com

³⁰ População é o conjunto de elementos para os quais desejamos que as conclusões da pesquisa sejam válidas, com a restrição de que esses elementos possam ser observados ou mensurados sob as mesmas condições.

³¹ Amostra é a parte dos elementos de uma população.

as informações geoespaciais do IBGE. Como resultado, foram delimitados e identificados 22 conglomerados. O critério de nomeação foi básico e simples, isto é, de acordo com a rosa dos ventos, nesta sequência: Norte, Sul, Leste e Oeste; foi dada a numeração das áreas poligonais correspondesse ao total identificado e a ordem numérica, ou seja, C1 até C22 (Apêndice A).

Para fins de explicação entende-se por conglomerado,

Cada elemento da população pertence a um e somente a um conglomerado. Extrai-se, então, uma amostra aleatória simples dos conglomerados. Todos os elementos contidos em cada conglomerado amostrado formam a amostra. A amostragem por conglomerado tende a produzir os melhores resultados quando os elementos neles contidos não são similares. No caso ideal, cada conglomerado é uma versão representativa em pequena escala da população inteira. O valor da amostragem por conglomerados depende de quão representativo é cada conglomerado da população inteira. Se todos os conglomerados forem similares nesse sentido, a amostragem de um pequeno número de conglomerados produzirá boas estimativas dos parâmetros populacionais. (ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2008, p. 263).

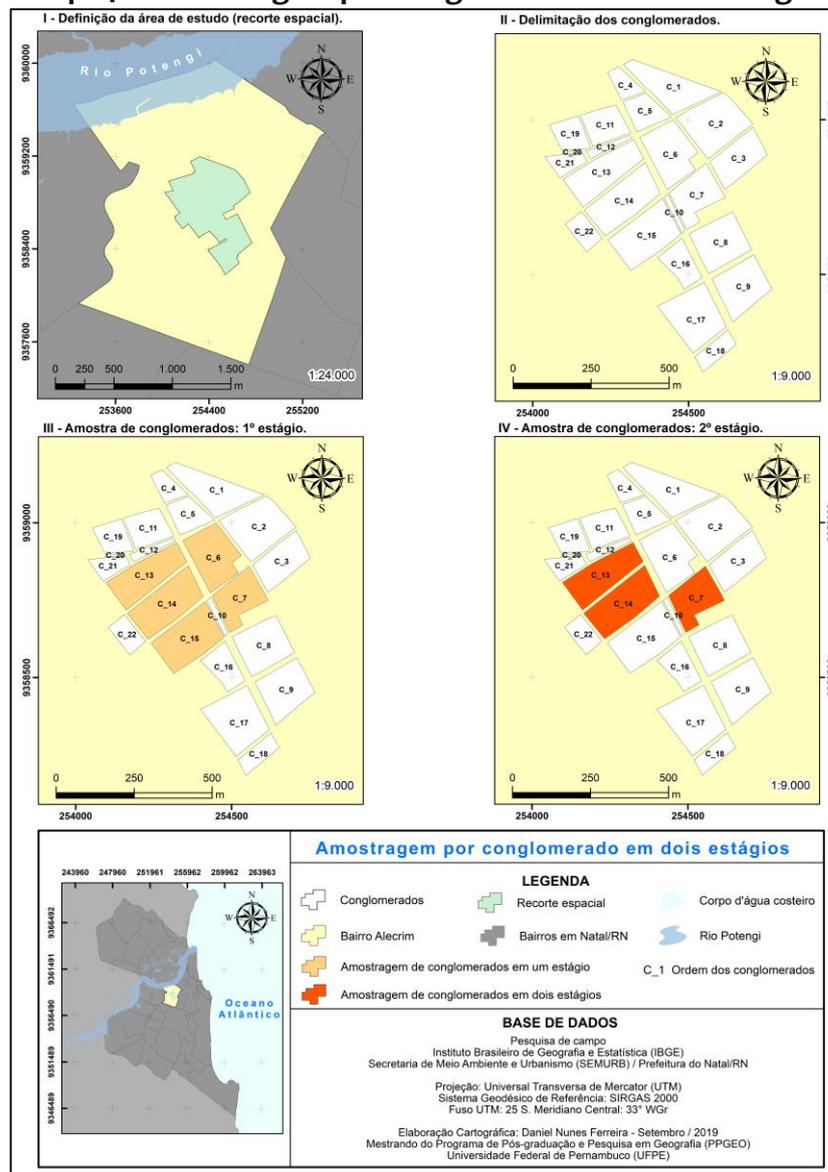
É de salientar que Barbeta (2017, p. 51), define conglomerado “a um agrupamento de elementos da população”, por exemplo, os quarteirões contidos em um dado bairro formarão os conglomerados.

Com o propósito de atingirmos resultados condicionantes aos interesses da geografia, foram adotados os critérios de densidade (dos trabalhadores)³² e variedade de produtos para venda (Apêndice H). Com isso, inicialmente (1º estágio) os conglomerados sorteados foram os de números 6, 7, 13, 14, 15 (Mapa 7).

Por fim, os conglomerados escolhidos em definitivo (2º estágio) foram os de números 7, 13 e 14 (Mapa 7). É importante destacar que a escolha em 2º estágio levou em consideração os fatores tempo, mão de obra e financiamento escasso.

³² Visualizar o Mapa 5 – Localização dos trabalhadores no recorte espacial, para ter noção da dimensão da densidade de comerciantes nos conglomerados.

Mapa 7 – Amostragem por conglomerado em dois estágios



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2019).

Quanto a escolha da amostra da população a metodologia conforme descrita seguiu os mesmos procedimentos, ou seja, em dois estágios, a partir dos conglomerados selecionados, no total de três (3). Com a distribuição dos conglomerados definidas e a quantidade de trabalhadores por área (polígono) determinadas (Apêndice B), foi elaborado o plano amostral (Apêndice C).

Para efeito de justificativa, a escolha da ASS foi definida porque “qualquer subconjunto da população, com o mesmo número de elementos, tem a mesma probabilidade de fazer parte da amostra.” (BARBETTA, 2017, p. 45).

Após a descrição acerca dos procedimentos metodológicos serão apresentados os fundamentos em torno da discussão sobre as redes do comércio informal no Alecrim.

Já foi discutido ao longo deste ensaio que as territorialidades formam o exercício do poder que por sua vez será a base material do território, produto integrado enquanto sistema. Quer dizer, de acordo com Saquet (2015, p. 144), “o território é o produto das ações (territorialidades) dos indivíduos no ambiente.”.

Mais precisamente, existem diferenças entre a territorialização e a territorialidade,

A territorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais. Desta forma, definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, os processos econômicos centrados em seus agentes sociais. Saquet.

[...]

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, ações. Saquet (SAQUET, 2015, p. 129 e 164).

Nota-se que, ao definir que a produção, a troca e o consumo (Esquemas 1 e 2) como elementos da territorialidade, Raffestin (1995) alerta sobre a necessidade de análise a fluidez em que o território (e seu uso) encontra-se submetido. O autor citado menciona em sua obra que a “territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais” (RAFFESTIN, 1995, p. 161).

Isso faz crer que o uso do território está submetido a fluidez, logo, as relações (econômicas, políticas, sociais) que são constituídas naquele local encontra-se integrado a uma dada lógica. Assim, a integração que o território se encontra unido pode-se intitular de redes geográficas.

Por redes geográficas entende-se “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações” (CORRÊA, p. 107). Portanto, o comércio informal desenvolvido no bairro Alecrim, tanto se articula na escala local (entre bairros e municípios adjacentes) quanto recebe influências das normas que fazem parte da racionalidade global do capital (Quadro 6).

Quadro 6 – Dimensões de análise das redes geográficas

Redes analisadas segundo:		Especificação	Exemplos
Dimensão organizacional	Formalização	Formal	Rede das grandes corporações
	Organicidade	Informal	Rede de contrabando e vendedores de rua

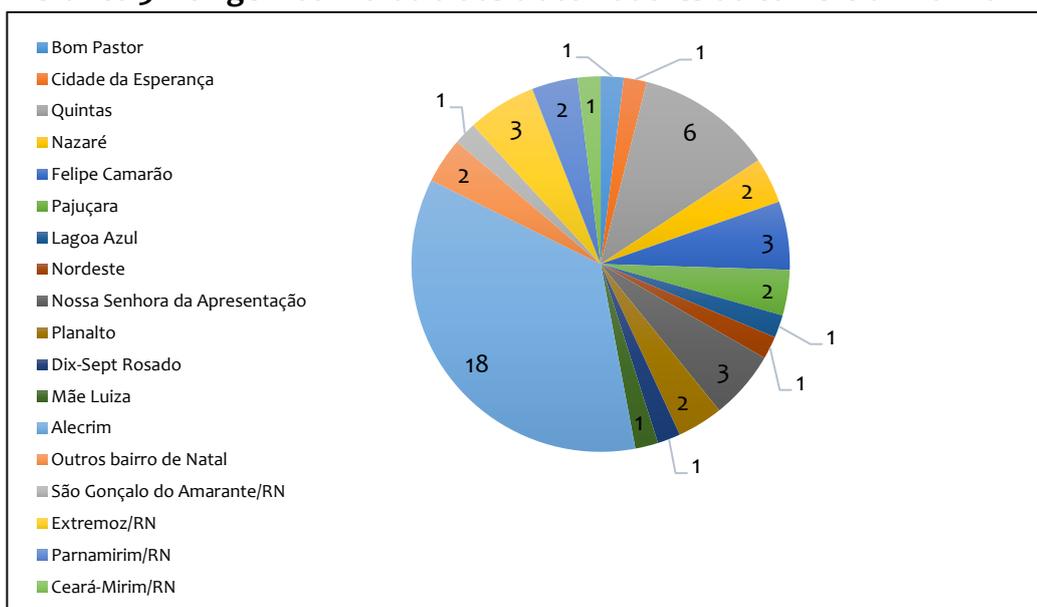
Fonte: CORRÊA, 2011, p. 112.

Corrêa continua, “[n]a organização e expansão do capitalismo as redes geográficas assumem diversas formas de manifestação, tornando-se ainda progressivamente mais importantes.” (CORRÊA, 2011, p. 108).

Portanto, as etapas de produção estão presentes cotidianamente no comércio informal a partir da produção, distribuição, comércio e consumo de mercadorias que são transmitidas a partir dos sistemas de engenharia implementados para garantir a fluidez econômica nos lugares.

Dentro desta perspectiva, Corrêa (2006) em outra obra, traz a discussão a respeito das interações espaciais. Na ótica do autor, “[a]s interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico”. CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2006 p. 279). Ele completa o raciocínio afirmando: “[p]odem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades.” (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2006 p. 279).

Em outras palavras, conforme já discutido ao longo do texto, a reprodução das relações sociais são complexas e seguem uma lógica para atender os anseios da coletividade humana.

Gráfico 3 – Origem da moradia dos trabalhadores do comércio informal

Autor: FERREIRA, Daniel Nunes. **Fonte:** Pesquisa de campo (2019).

Natal por ser a capital do estado possui um poder de centralização administrativa considerável, possuindo inúmeros serviços públicos para o atendimento da população. Na esfera de oferta de serviços, a lógica permanece quando percebe-se a presença de itinerários de transporte público de outros municípios que compõem a região metropolitana participando do fluxo diário da cidade.

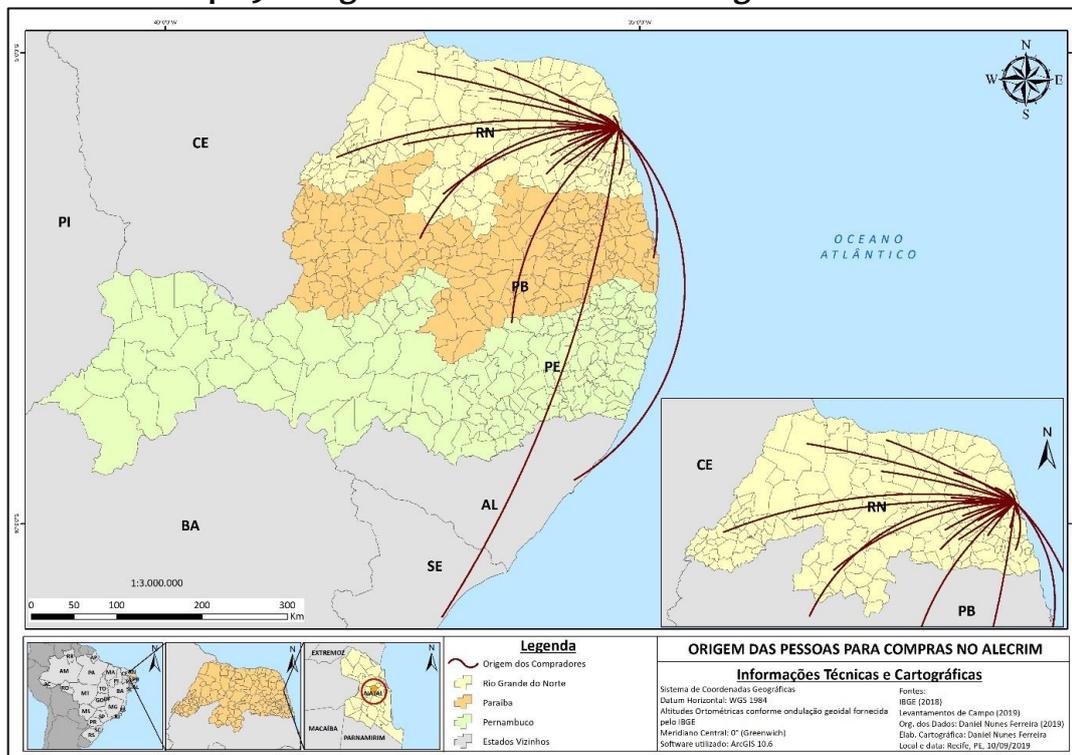
Desta maneira, os dados do gráfico 3 traz uma informação importante quando se refere a origem do trabalhador que tem o seu negócio no comércio informal no Alecrim. Seguramente, fica claro que 35,29% dos trabalhadores são do próprio bairro, justifica tal realidade diante dos fatores locais, em seguida, aparece o bairro Quintas com 11,76% dos entrevistados, por fim, bairros Felipe Camarão e Nossa Senhora da Apresentação, são representados cada um com 5,88% dos informantes. Trabalhadores que são de origem da região metropolitana, Extremoz, Parnamirim e Ceará-Mirim, representam respectivamente, 5,88%, 3,92% e, 1,96%.

Cabe frisar,

A entrevista revelou os seguintes municípios como origem de consumidores, a saber: Afonso Bezerra, Caicó, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Janduí, João Câmara, Lagoa Salgada, Macaíba, Macau, Bom Jesus, Mossoró, Parnamirim, Pau dos Ferros, Riachuelo, Santa Cruz, Santa Maria, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibú, São Paulo do Potengi, Sítio Novo e Tangará.

Quanto a pontos fora do Rio Grande do Norte, as seguintes localidades foram citados, eis: Patos/PB, Santa Cruz do Capibaribe/PE e, os estados de Alagoas e Sergipe (Mapa 9).

Mapa 9 – Origem dos consumidores na região Nordeste



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2019).

Assim como, as transformações no setor de transporte ao longo das décadas tornaram mais complexas as interações entre lugares no mesmo continente, percebe-se que diferentes pontos do planeta foram beneficiados por este momento da revolução científica na atualidade.

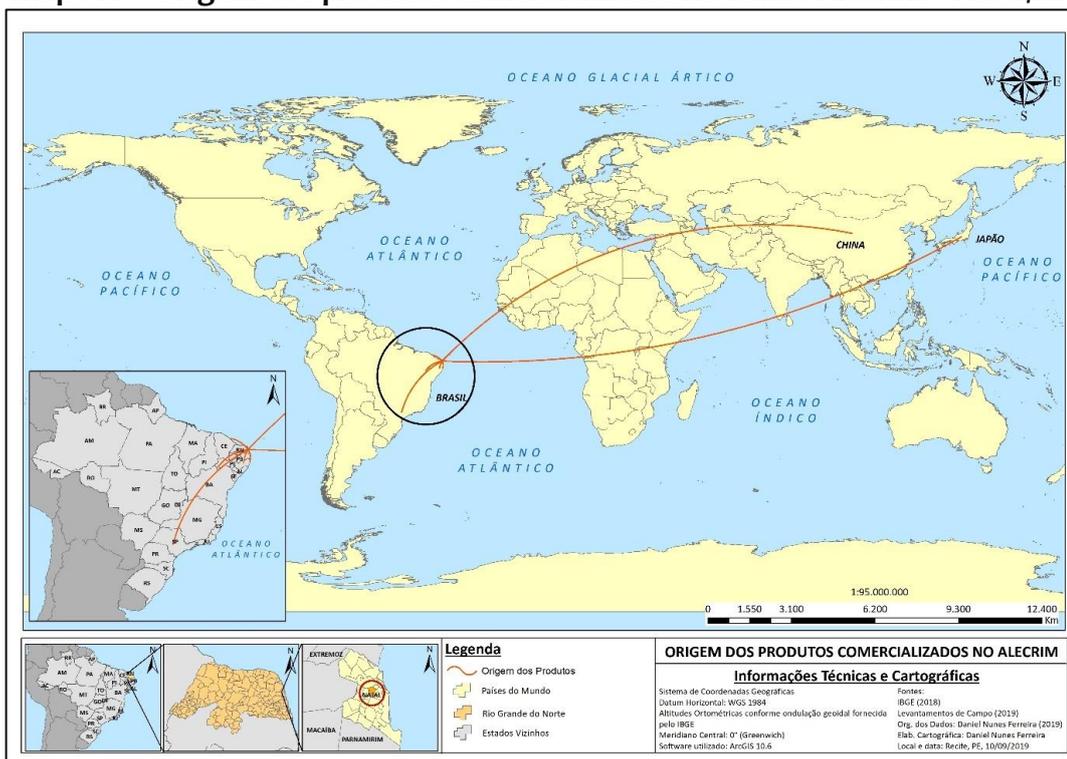
Como se pode ver,

[a]s interações entre cidades tornaram-se mais complexas e intensas, deixando de ser realizada sobretudo a curta distância e entre um limitado número de centros [...]. Complexos padrões de interações entre centros urbanos emergiram ou ganharam força, definindo uma crescente **interdependência** entre cidades e áreas, expressa por interações:

- I – entre grandes cidades localizadas na mesma região ou em regiões distintas;
- II – entre uma grande cidade e centros menores localizados tanto na hinterlândia como fora dela; e
- III – entre cidades pequenas localizadas na mesma região ou em regiões diferentes. (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2006, p. 281-282).

Com o propósito de exemplificar a ideia elencada anteriormente a representação cartográfica a seguir demonstra a ideia que os lugares, independente da distância poderão participar de uma rede de comunicação e transmissão de informações, valores, mercadorias e pessoas.

Mapa 10 – Origem dos produtos comercializados no bairro Alecrim – Natal/RN



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes (2019).

Por consequência, os dados oriundos das entrevistas revelaram que os produtos comercializados entre os trabalhadores do comércio informal no Alecrim, são oriundos de várias localidades, incluindo áreas internacionais.

Produtos do Rio Grande do Norte representa 17,03%, os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará contemplam 27,67%, 8,51% e, 8,51% respectivamente. Vindos de São Paulo,

de acordo com os dados São Paulo representa 19,15%. No caso de áreas fora do Brasil, por exemplo, Japão e China, respectivamente, abrangem 2,13% e 8,51% dos produtos comercializados. Outros comerciantes citaram “produtos importados” sem mencionar a origem, assim, somando com as áreas citadas do exterior, o dado referente a produtos vindos de outros continentes, fica em 12,41%. Por fim, não souberam responder, corresponde a 2,13%.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças impostas a partir da reestruturação do modo de produção capitalista trouxe novos modelos e organização dos espaços produtivos tanto na escala local quanto na escala global.

Neste sentido, fica evidente o quanto as relações econômicas que também dotam de instrumentos políticos em diferentes escalas, se modificam de acordo com o tempo e que as repercussões de tais mudanças, são refletidas no espaço econômico e no cotidiano das pessoas.

Esta ideia pôde ser vista ao longo do processo de desenvolvimento urbano do bairro Alecrim que em seus primórdios dotava de características não integradas com o resto da cidade, mantendo aspectos rurais, que ao passar do tempo foi ganhando novos arranjos e significados.

Com efeito, tanto os empreendimentos pertencentes ao circuito superior quando os comerciantes que utilizam das calçadas como meio de trabalho, classificados no circuito inferior da economia urbana, contribuem para o dinamismo econômico do bairro, dando-lhe um caráter central, de atração de pessoas e dinheiro.

Da mesma maneira que as grandes corporações estão atreladas a uma lógica racional da economia mundial, percebe-se que a economia pautada com o uso do espaço público, ou seja, das calçadas, tem o seu significado e racionalidade diante da participação na estrutura urbana em que se encontra, a partir das redes geográficas que são a expressão do dinamismo e da fluidez em que a geografia tem por escopo de investigação diante dos diferentes usos do território.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Aparecida. **“Setor Informal” ou Trabalho Informal? Uma Abordagem Crítica sobre o conceito de Informalidade**. Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes. 2001. 166 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ALVEAL, Carmen M. O. **MEMÓRIA MINHA COMUNIDADE: Alecrim**. Natal: SEMURB, 2011.

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **OS SENTIDOS DO TRABALHO** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. (Org.). **RIQUEZA E MISÉRIA DO TRABALHO NO BRASIL II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANUÁRIO NATAL. **ANUÁRIO DE NATAL 2015**. Natal: SEMURB, 2015. 246 p.

ANUÁRIO NATAL. **ANUÁRIO DE NATAL 2017-2018**. Natal: SEMURB, 2017. 289 p.

BARBETTA, Pedro Alberto. **ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS**. 9. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.

BELOQUE, Leslie Denise. **A COR DO “TRABALHO INFORMAL”** – uma perspectiva de análise das atividades “informais”. Orientadora: Leila Maria da Silva Blass. 170 p. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000cgp.asp?o=27&i=P>. Acesso em: 14 jul 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010CGP.asp?o=13&i=P>. Acesso em: 14 jul 2007.

CASTELLS, Manuel. **A QUESTÃO URBANA**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COSTA, Edmilson. **A GLOBALIZAÇÃO E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

GOMES, Paulo César da Costa. **A CONDIÇÃO URBANA** - Ensaios de Geopolítica da Cidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **QUADROS GEOGRÁFICOS** – uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CASTRO, Iná Elias de. **GEOGRAFIA E POLÍTICA: território, escalas de ação e instituições**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) **GEOGRAFIA: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO** – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HARVEY, David. **A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

HORA, Carlos Eduardo Pereira da; MEDEIROS, Fernando Antonio Carneiro de; CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. (Org.). **INSTRUMENTOS do ORDENAMENTO URBANO DE NATAL**. 2. ed. Natal: SEMURB, 2013. Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html#legislacao_div. Acesso em: 2 set. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **TRABALHO E INDIVÍDUO SOCIAL**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KREIN, José Dari; WEISHAUP, Marcelo Proni. **ECONOMIA INFORMAL: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT, 2010. v. 1. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n. 4).

LARAIA, Roque de Barros. **CULTURA – um conceito antropológico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MARX, Karl. **O CAPITAL** – crítica da economia política. 2. ed. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. (Livro I – O processo de produção do capital).

NETO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **ECONOMIA POLÍTICA** – uma introdução crítica. 8. ed. Cortez Editora, 2012.

PREFEITURA DO NATAL. **CONHEÇA MELHOR SEU BAIRRO – ALECRIM**. [S. l.: s. n.]. [201-]. 22 p. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-1168.html>. Acesso em: 2 set. 2019.

SANTOS, Márcia dos. **Setor Informal: uma categoria imprecisa**. Orientador: Ladislau Dowbor. 2009. 104 p. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **A NATUREZA DO ESPAÇO** – Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **METAFORMOSAS DO ESPAÇO HABITADO** – fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O ESPAÇO DO CIDADÃO**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: do pensamento único à consciência universal**. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTOS, Milton. **POBREZA URBANA**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O BRASIL** – Território e sociedade no início do século XXI. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **PENSANDO O ESPAÇO DO HOMEM**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **POR UMA GEOGRAFIA NOVA** – da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton; *et al.* **TERRITÓRIO, TERRITÓRIOS: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **TERRITÓRIO** – globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAQUET, Marcos Aurelio. **ABORDAGENS E CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SOUZA, Itamar de. **NOVA HISTÓRIA DE NATAL**. 2. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

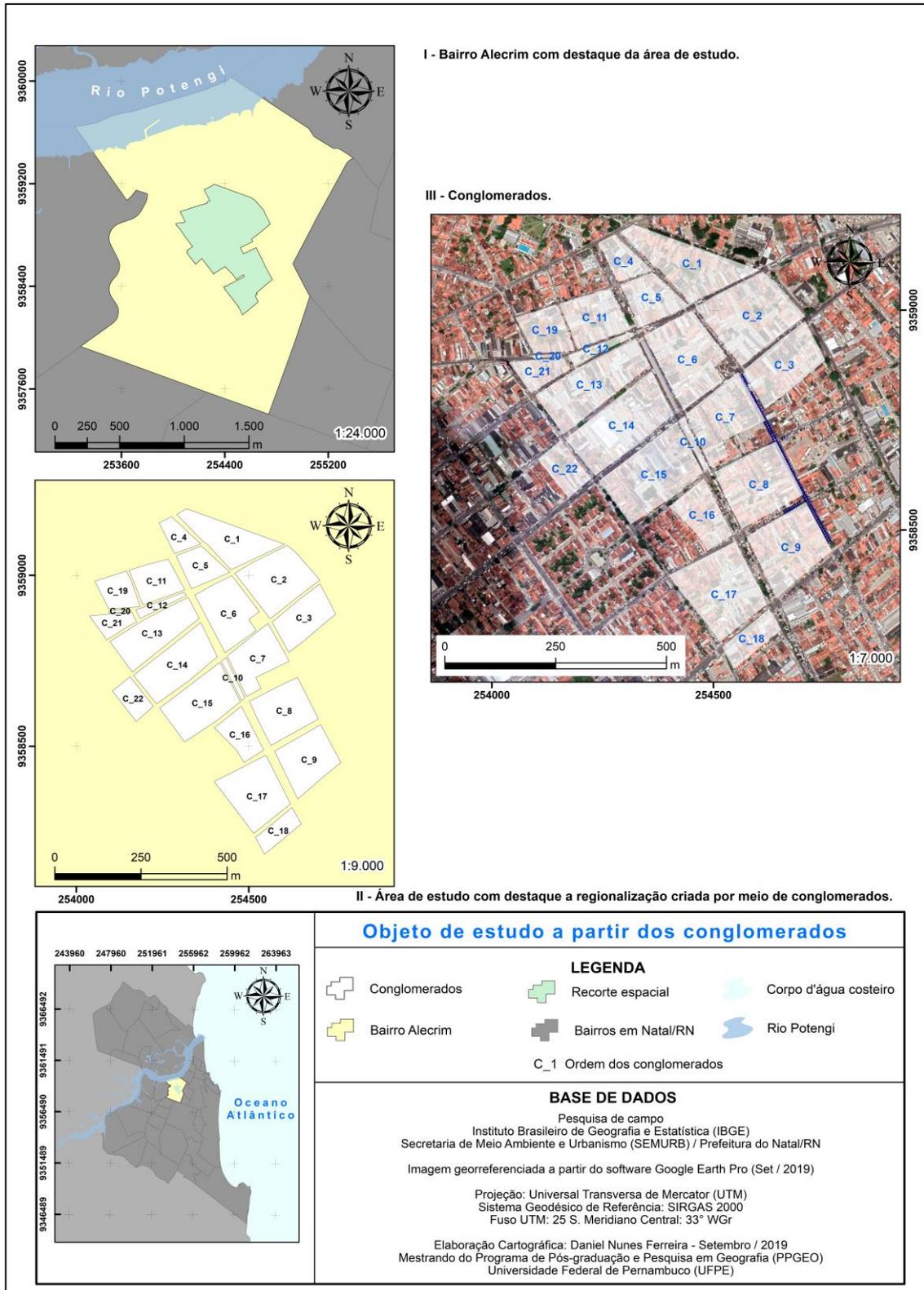
SOUZA, Marcelo Lopes. **OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA PESQUISA SÓCIO-ESPACIAL**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SPOSITO, Eliseu Savério. **GEOGRAFIA E FILOSOFIA** – contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes. [2002?]. 208 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, [S. l.], [2002?].

TAVARES, Maria Augusta. **TRABALHO INFORMAL: os fios (in)visíveis da produção capitalista**. **Revista Outubro**, Rio de Janeiro, n. 7, 2002.

APÊNDICE A – MAPA DA REGIONALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



APÊNCIDE B – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR CONGLOMERADO

Conglomerado	Quantidade	%	Conglomerado	Quantidade	%
1	4	0,73	12	12	2,20
2	14	2,56	13	60	10,99
3	13	2,38	14	68	12,45
4	1	0,18	15	56	10,26
5	16	2,93	16	10	1,83
6	112	20,51	17	14	2,56
7	82	15,02	18	4	0,73
8	4	0,73	19	10	1,83
9	7	1,28	20	11	2,01
10	13	2,38	21	4	0,73
11	27	4,95	22	4	0,73

Autor: FERREIRA, Daniel Nunes. **Fonte:** Pesquisa de campo (2019).

APÊNDICE C – PLANO AMOSTRAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA



Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edvânia Torres Aguiar Gomes / **Discente:** Daniel Nunes Ferreira.

PLANO DE AMOSTRAGEM

Metodologia:

Amostragem por Conglomerado (*Cluster*) em dois estágios;
Amostra Aleatória Simples (ASS).

Fórmula para tamanho mínimo da amostra, onde:

N tamanho (número de elementos) da população;

n tamanho (número de elementos) da amostra;

n₀ uma primeira aproximação para o tamanho da amostra;

E₀ erro amostral tolerável.

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \therefore n_0 = \frac{1}{0,04^2} \therefore n_0 = \frac{1}{0,0016} \therefore n_0 = 625$$

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0} \therefore n = \frac{215 \cdot 625}{215 + 625} \therefore n = \frac{134.375}{840} \therefore n = 159,97 \therefore 160$$

Distribuição espacial, a saber:

Conglomerado	N	n	%
7	87	64,74	40,47
13	60	44,65	27,91
14	68	50,60	31,63
Total	215	159,99	100,00

APÊNDICE D – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edvânia Torres Aguiar Gomes / **Discente:** Daniel Nunes Ferreira.

Formulário A – Roteiro de Entrevista: trabalhadores

Reservado ao aplicador

Data: _____ **Formulário n.º:** _____

Qual a situação do trabalhador?

	Passeio público (calçada)	Meio-fio	Canteiro central
C/ possibilidade de mobilidade	Desmontável []	Desmontável [] C/ apoio de veículo [] C/ apoio de carrinho []	Desmontável []
Não possui mobilidade	Cigarreira [] Box []	Cigarreira [] Box []	Cigarreira [] Box []

Entrevista para o público-alvo: trabalhadores

1. **Sexo do(a) entrevistado(a):** Masculino [] Feminino []
2. **Idade:** 0 a 19 anos [] 20 a 59 anos [] Acima de 60 anos []
3. **Escolaridade:** _____
4. **Cidade e bairro de moradia:** _____
5. **Quanto tempo você trabalha neste ramo?** Menor que 5 anos [] Entre 6 e 10 anos []
Entre 11 e 20 anos [] Entre 21 e 30 anos [] Entre 31 e 40 anos [] Acima de 40 anos []
6. **Exerce outra atividade? Qual?** _____
7. **De acordo com o período do ano você muda o tipo de mercadoria? Por qual motivo?** _____
8. **Qual o melhor período para a venda?** Início de ano [] Carnaval [] Dia das mães []
Período junino [] Dia dos pais [] Dia das crianças [] Dia de finados [] Final de ano []
Outro: _____
9. **O comércio representa algo para você?** Sustento da família [] Construção de um patrimônio []
Legado da família [] **Outro:** _____

10. Quais são as suas dificuldades no comércio? _____

11. Como é realizada a forma de pagamento pelo cliente?

Cartão []

À vista []

Ambos []

12. O que você precisa para ter um ponto adequado?

Ser transferido para outro local com organização []

Ficar no local atual com melhoria na organização física []

A Prefeitura proporcionar mais limpeza urbana []

Outro: _____

13. Você pensa em mudar de ramo? Qual seria?

14. Os produtos comercializados são do Rio Grande do Norte? _____

15. Quais as condições a respeito da higienização e alimentação durante o horário de trabalho? _____

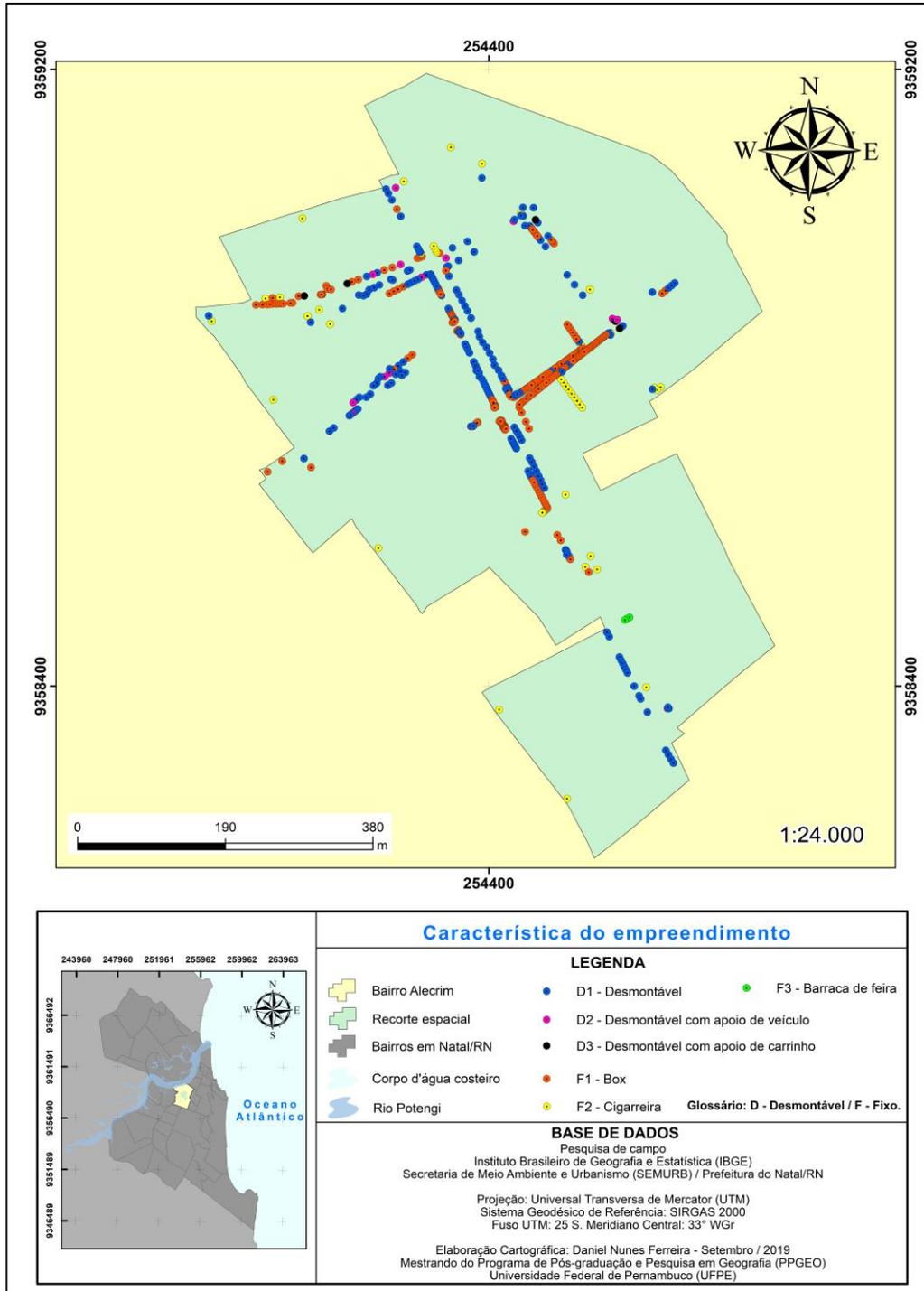
16. Qual a condição do seu ponto de trabalho?

Próprio []

Alugado []

Cedido []

APÊNCIDE E – MAPA QUE APRESENTA A CARACTERÍSTICA DO EMPREENDIMENTO



APÊNDICE F – SITUAÇÃO FUNCIONAL: COM POSSIBILIDADE DE MOBILIDADE

Exemplo de desmontável

Fotografia 3 – Desmontáveis localizados na av. Presidente Bandeira



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes. Fonte: Pesquisa de campo (18 / 12 / 2017).

Fotografia 4 – Desmontável localizado na rua Amaro Barreto



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes. Fonte: Pesquisa de campo (31 / 12 / 2018).

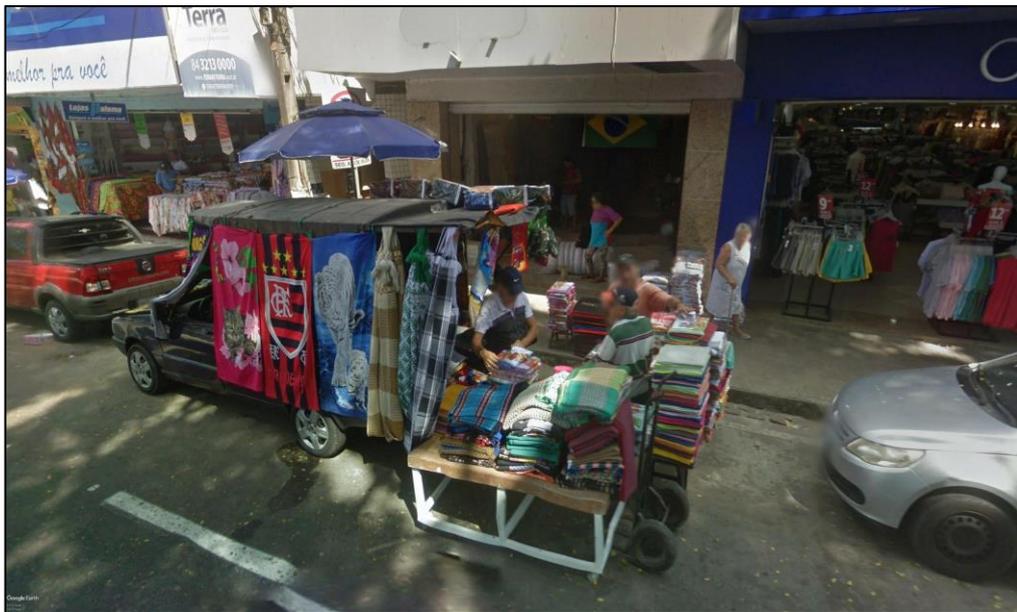
Exemplo de desmontável com apoio de veículo

Fotografia 5 – Desmontável com apoio de veículo localizado na rua Dr. Manoel Miranda



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes. Fonte: Pesquisa de campo (22 / 12 / 2017).

Fotografia 6 – Desmontável com apoio de veículo localizado na rua Amaro Barreto



Fonte: Google Earth Pro. Data da imagem: outubro de 2018.

Exemplo de desmontável com apoio de carrinho

Fotografia 7 – Desmontável com apoio de carrinho localizado na av. Presidente Bandeira



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes. Fonte: Pesquisa de campo (31 / 12 / 2018).

Fotografia 8 – Desmontável com apoio de carrinho localizado entre a av. Presidente Bandeira e rua Dr. Manoel Miranda



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes. Fonte: Pesquisa de campo (31 / 12 / 2018).

APÊNDICE G – SITUAÇÃO FUNCIONAL: NÃO POSSUI MOBILIDADE

Exemplo de cigarreira

Fotografia 9 – Cigarreira localizada na Av. Presidente Bandeira



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes. Fonte: Pesquisa de campo (18 / 12 / 2017).

Fotografia 10 – Cigarreira localizada próximo a rua Presidente Quaresma



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes. Fonte: Pesquisa de campo (18 / 12 / 2017).

Exemplo de box

Fotografia 11 – Boxes localizados na av. Presidente Bandeira



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes. Fonte: Pesquisa de campo (18 / 12 / 2017).

Fotografia 12 – Box localizado na av. Presidente Bandeira



Autor: FERREIRA, Daniel Nunes. Fonte: Pesquisa de campo (31 / 12 / 2018).

APÊNDICE H – SEGMENTOS COMERCIAIS IDENTIFICADOS³³

Classificação	Número de negócios	Percentual (%)
Açaí	5	0,92
Acessório e eletrônico	1	0,18
Acessório para celular	20	3,66
Acessório para jogo	1	0,18
Acessórios	26	4,76
Água	12	2,20
Água de coco	2	0,37
Alimentação	15	2,75
Antena	1	0,18
Aposta	1	0,18
Artigos para festa	1	0,18
Balas	1	0,18
Bolsa	7	1,28
Bolsas e artesanato	1	0,18
Boné	2	0,37
Brinquedo	19	3,48
Calçado	8	1,47
Carne	1	0,18
Castanha	2	0,37
CD	1	0,18
CD / DVD	2	0,37
Celular	5	0,92
Chaveiro	5	0,92
Cigarro	9	1,65
Coco	2	0,37
Conserto de celular	3	0,55
Conserto de eletrônicos	1	0,18
Conserto de sapato	2	0,37
Conserto de ventilador	1	0,18
Conserto em geral	7	1,28
Conserto de peça carro	2	0,37
Copo	1	0,18
Corte de cabelo	1	0,18
Diversos	1	0,18

³³ Dados oriundos da pesquisa de campo realizada na área de estudo.

Doce	1	0,18
DVD	3	0,55
Eletrônico	26	4,76
Especiaria	4	0,73
Fechado	47	8,61
Ferramentas	1	0,18
Flores	3	0,55
Fruta	4	0,73
Jogo	2	0,37
Joia	14	2,56
Lanche	97	17,77
Legumes	1	0,18
Meia	9	1,65
Meia e roupa	1	0,18
Meias e Boné	1	0,18
Óculos	10	1,83
Óculos e boné	2	0,37
Panela	1	0,18
Peça hidráulica	1	0,18
Perfume	1	0,18
Plano de saúde	1	0,18
Planta	1	0,18
Produto para cabelo	2	0,37
Puff	1	0,18
Rede	4	0,73
Relógio	33	6,04
Roupas	55	10,07
Roupa e calçado	18	3,30
Roupas íntimas	1	0,18
Sandálias	1	0,18
Sapato	12	2,20
Sementes	3	0,55
Sorvete	1	0,18
Tapete	3	0,55
Toalhas	4	0,73
Utensílio doméstico	1	0,18
Variados	5	0,92
Ventilador	2	0,37

ANEXO A – CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS³⁴

Classificação	Número de negócios	Percentual (%)
Administração pública, defesa e seguridade social	8	0,25
Captação, tratamento e distribuição de água	1	0,03
Alimentação	326	10,29
Alojamento	6	0,19
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	3	0,09
Atividades esportivas e de recreação e lazer	8	0,25
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	2	0,06
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros	51	1,61
Atividades de vigilância, segurança e investigação	1	0,03
Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	1	0,03
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	36	1,14
Atividades imobiliárias	4	0,13
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	5	0,16
Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	18	0,57
Atividades veterinárias	1	0,03
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	16	0,50
Publicidade e pesquisa de mercado	7	0,22
Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	3	0,09

³⁴ Dados oriundos do Cadastro Empresarial do Rio Grande do Norte (SEBRAE) / RN – 2010. Informações extraídas em “Conheça melhor o seu bairro – Alecrim”, documento disponibilizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) da Prefeitura do Natal.

Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	408	12,87
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	270	8,52
Comércio varejista	1210	38,18
Construção de edifícios	3	0,09
Obras de infraestrutura	5	0,16
Serviços especializados para construção	4	0,13
Educação	38	1,20
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	68	2,15
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1	0,03
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	8	0,25
Fabricação de máquinas e equipamentos	1	0,03
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2	0,06
Fabricação de móveis	11	0,35
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1	0,03
Fabricação de produtos alimentícios	14	0,44
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2	0,06
Fabricação de produtos de madeira	1	0,03
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	29	0,92
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	6	0,19
Fabricação de produtos diversos	13	0,41
Fabricação de produtos químicos	8	0,25
Fabricação de produtos têxteis	1	0,03
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1	0,03
Impressão e reprodução de gravações	33	1,04
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	51	1,61

Metalurgia	1	0,03
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	6	0,19
Extração de minerais não-metálicos	1	0,03
Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde	2	0,06
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música	4	0,13
Atividades de rádio e de televisão	1	0,03
Atividades de serviços financeiros	16	0,50
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	5	0,16
Edição e edição integrada à impressão	1	0,03
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	6	0,19
Telecomunicações	5	0,16
Atividades de organizações associativas	30	0,95
Outras atividades de serviços pessoais	118	3,72
Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	206	6,50
Atividades de atenção à saúde humana	26	0,82
Serviços de assistência social sem alojamento	1	0,03
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	10	0,32
Correio e outras atividades de entrega	1	0,03
Transporte terrestre	2	0,06
Não informado	41	1,29
Total Geral	3.169	100,00